COPEL Distribuição

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

GOVERNO DO PARANÁ

ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

www.copel.com / copel@copel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Mensagem da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração, contendo as principais atividades no exercício de 2006, em conjunto com as demonstrações contábeis.

Curitiba, 27 de Março de 2007

A Administração

1.2 Planejamento Estratégico

1.2.1 Estratégia e Análise

A Copel Distribuição adota o modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade estabelecido pela Companhia por meio de sua Controladora, buscando, com o planejamento e gestão integrados, o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base nos valores da Companhia e na gestão otimizada dos processos, o atendimento dos valores às partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável da Companhia.

Com base no referencial estratégico (missão, visão, valores e diretrizes estratégicas do Conselho de Administração) estabelecido pela Controladora, a Copel Distribuição formula suas estratégias através da metodologia do *Balanced Scorecard – BSC*, a qual auxilia na tradução da estratégia em objetivos operacionais, direcionando comportamentos e desempenho.

A Copel Distribuição, no que diz respeito às suas estratégias, também leva em consideração o seu modelo de negócio, o qual é praticamente definido pelos requisitos regulatórios do setor elétrico e a legislação aplicável às empresas estatais. Os principais componentes do negócio são definidos pela agência reguladora (Aneel) por meio do Contrato de Concessão e Resoluções Normativas, os quais estabelecem o preço (tarifas de serviço), área de atuação (área de concessão), níveis de custos (Empresa de Referência), qualidade do serviço e a forma de relacionamento com os clientes.

2. PERFIL DA COMPANHIA

2.1 Distribuição

Copel Distribuição S.A. - Distribui energia elétrica a 1.111 localidades, pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e também ao município de Porto União, em Santa Catarina. Os principais dados da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

2.2 Copel Distribuição em Números

	2006	2005	Δ% 2006-2005
Financeiros - R$ milhões			
Receita operacional ou Vendas brutas	**5.655,3**	**5.505,8**	2,7
Receita operacional líquida ou Vendas líquidas	**3.916,9**	**3.785,0**	3,5
LAJIDA ou EBITDA	**461,5**	**365,5**	26,3
Lucro líquido	**284,7**	**187,0**	52,2
Patrimônio líquido	**1.689,3**	**1.532,5**	10,2
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez corrente (índice)	**0,8**	**1,4**	(42,9)
Liquidez Geral (Índice)	**1,2**	**1,2**	-
Margem operacional do serviço (%)	**7,8**	**5,6**	39,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	**20,3**	**13,9**	46,0
Lucro por lote de mil ações - R$	**177,1**	**116,4**	52,1
Valor patrimonial por lote de mil ações - R$	**1,1**	**1,0**	10,0
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	**44,44%**	**48,48%**	(8,3)
Atendimento			
Fornecimento de energia (mercado cativo) - Participação Nacional (%) [1]	**6,7**	**5,3**	26,4
Fornecimento de energia (mercado cativo) - Participação na Região Sul (%) [1]	**33,9**	**33,6**	0,9
Unidades consumidoras	**3.345.315**	**3.256.584**	2,7
Empregados	**5.826**	**5.557**	4,8
Consumidores por empregado	**574**	**586**	(2,0)
Municípios atendidos	**393**	**393**	-
Localidades atendidas	**1.111**	**1.109**	0,2
População total atendida (em milhares de habitantes)[2]	**9.822**	**9.668**	1,6
- Urbana	**8.411**	**8.181**	2,8
- Rural	**1.411**	**1.487**	(5,1)
Mercado			
Área de concessão (km²)	**194.854**	**194.854**	-
Mercado Faturado de Energia (GWh)	**17.512**	**17.523**	(0,1)
Tarifa média anual de fornecimento (R$/MWh)[3]	**211,34**	**205,38**	2,9
- Residencial	**256,10**	**268,43**	(4,6)
- Industrial	**185,97**	**162,23**	14,6
- Comercial	**233,60**	**233,04**	0,2
- Rural	**158,61**	**162,40**	(2,3)
DEC (horas, centesimal de hora)[4]	**14,79**	**13,48**	9,7
FEC (número de interrupções)[4]	**13,65**	**13,50**	1,1
Operacionais			
Subestações não-automatizadas	**22**	**27**	(18,5)
Subestações automatizadas	**215**	**204**	5,4
Subestações	**237**	**231**	2,6
Potência instalada em subestações (MVA)	**1.624**	**1.434**	13,2
Transformadores	**315.289**	**315.289**	-
Potência instalada em transformadores (MVA)	**6.651**	**6.651**	-
Redes de distribuição (km)	**165.757**	**165.576**	0,1
Nº de postes	**2.264.214**	**2.221.572**	1,9

(1) Fonte ONS, Eletrobras e EPE
(2) Estimativa publicada pelo IBGE
(3) Esta é a tarifa média do ano. Vide a tarifa média de Dezembro no item 5.2.3 - Realinhamento Tarifário
(4) Vide maiores detalhes no item 5.4 - Qualidade da Energia

3. DESTAQUES

3.1 Cenário Regulatório do Setor

Em função da redução do lastro de garantia física da Cien promovida pelo Ministério de Minas e Energia, a Copel Distribuição adquiriu, no Leilão A-1, energia acima do limite de 1% da carga, para substituir a energia proveniente do contrato firmado com a Cien. Em decorrência dos instrumentos normativos, a Companhia participou, em dezembro/2006, do Leilão A-1, adquirindo 159,36 MW médios, com prazo de suprimento de oito anos e preço médio de R$ 104,74/MWh.

Em relação às normas que tratam da revisão tarifária, a Resolução Normativa nº 234/2006, de 31.10.2006, estabeleceu conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Dentre os destaques estão a reprodutibilidade e a transparência no processo do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

As principais alterações metodológicas sobre os custos operacionais eficientes (Empresa de Referência) dizem respeito a identificação de processos, estabelecimento de custo eficiente e projeção da estrutura de pessoal e material.

A base de remuneração permanecerá blindada no próximo ciclo, apenas incluindo as movimentações ocorridas.

4. GOVERNANÇA

4.1 Programa de Investimentos

Foi aprovado na 115ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em dezembro/2006, o Programa de Investimentos previsto para 2007, o qual abrange o ativo imobilizado e o ativo intangível. Em 2006, foram realizados R$ 282,2 milhões, e, para 2007, são previstos investimentos na ordem de R$ 406,9 milhões.

4.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei n° 9.991/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel Distribuição investiu, em 2006, R$ 3.682, referentes a 32 projetos relativos aos ciclos 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005.

Dentre os projetos executados destacamos:

- Desenvolvimento de metodologia para otimização da logística de atendimento aos usuários de rede de distribuição de energia elétrica, em condições emergenciais, visando à melhoria da qualidade de seu fornecimento; e
- Ferramenta de análise dos efeitos de distúrbios em sistemas de distribuição de energia elétrica sobre os consumidores.

4.3 Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Copel Distribuição contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela empresa prestou serviços somente relacionados à auditoria independente. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações financeiras, acima do nível de materialidade, são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização desses testes são avaliados pela auditoria externa.

4.4 Gestão de Riscos

4.4.1 Riscos Patrimoniais - Seguros de Bens e Direitos

A Copel Controladora mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de uma política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares da Copel Distribuição;
- definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período — utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelamente com as áreas envolvidas — e de técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- promover e manter, no âmbito da Companhia, a política adotada.

Com base nas recomendações desse comitê, e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Copel Distribuição contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações, e mantém seguro para reparação por danos involuntários causados a terceiros.

As principais modalidades de seguros adotadas são: riscos nomeados, incêndio imóveis próprios e locados, responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, transporte nacional e internacional e riscos diversos.

4.4.2 Segurança e Saúde do Trabalho

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais, em 2006, destacam-se: a continuidade da campanha interna de segurança do trabalho "Dê Preferência à Vida", a maior campanha de segurança já desenvolvida na Copel Distribuição; e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - Cipas, cujo objetivo é a prevenção de acidentes e de doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar permanentemente compatível o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

A Companhia, em atendimento à Norma Regulamentadora NR-5 e às suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador, manteve, em 2006, em toda sua área de concessão, a atuação de diversas Cipas. Essas comissões são compostas por 50% de representantes do empregador e 50% de representantes dos empregados.

Os sindicatos são instados a contribuir nas questões relativas à segurança do trabalho por meio de reuniões formais específicas sobre o tema, nas quais a empresa enfatiza sua estratégia e seus planos de ação, oportunidade em que os representantes sindicais apresentam críticas, sugestões e recomendações nos diversos aspectos relacionados à saúde e segurança do trabalhador.

A Copel Distribuição assegura a seus empregados um amplo leque de atendimento no que tange à saúde ocupacional. Nesse sentido, mantém estrutura própria e descentralizada de médicos e enfermeiros do trabalho, além de outros profissionais especializados, atuando preventivamente nos aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho. São realizados exames médicos periódicos anuais aos empregados que ocupam cargos de risco ou com idade superior a 45 anos e, a cada dois anos, aos demais empregados, padrões estes superiores ao mínimo legal exigido.

Não há, na Companhia, trabalhadores envolvidos em atividades ocupacionais em que haja alta incidência ou grau de risco de doenças específicas. Algumas práticas de controle de risco de doenças ocupacionais são adotadas, envolvendo aspectos como ergonomia no trabalho e mitigação do estresse nas atividades de atendimento ao público, entre outras.

Está em implementação o Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST, sistema de controle para eliminação de riscos existentes no ambiente, atendimento à legislação, treinamento, padronização de atividades de risco, inspeções, estabelecimento de metas e campanha permanente, o qual está em plena consonância com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Com relação ao tratamento a empregados portadores de HIV/Aids, o controle de casos é feito independentemente de idade ou função, através do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO. Esse programa está em consonância com a NR-7, do Ministério do Trabalho e Emprego, e com as diretrizes da OIT. Os empregados portadores de HIV/Aids são acompanhados e recebem reembolso de 90% dos gastos com medicamentos e 100% dos gastos com internamentos.

4.4.3 Segurança e Saúde de Contratados e Comunidade

Com o objetivo de reduzir o número de ocorrências, a Copel Distribuição deu continuidade às ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados, dentre as quais se destacam:

1) Programa de integração para empreiteiros no início de obras; **2)** Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras; **3)** Encontro de segurança com eletricistas de empreiteiras; **4)** Encontro de segurança com eletricistas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas; **5)** Parceria com o Senai para treinamento de eletricistas de empreiteiras; **6)** Inspeções periódicas de segurança; e **7)** Fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto dos procedimentos como das condições para realização dos trabalhos.

4.4.4 Segurança e Saúde de Clientes e Consumidores

Devido à característica dos serviços prestados pela Copel Distribuição, a comunidade é diretamente envolvida nas questões de segurança. Para minimizar impactos negativos de seus produtos e serviços, a Companhia promove ações sistemáticas de educação sobre o uso correto da energia e conscientização para evitar acidentes, sendo as principais:

- Comunicação de massa, com mensagens sobres cuidados no uso da energia elétrica, através de rádios em todo o Estado;
- Kit-Escola - Campanha de Segurança na Comunidade para a Prevenção de Acidentes com Eletricidade. Seu objetivo é informar, de forma didática, sobre segurança no uso de energia elétrica. O Kit Escola é usado por 650 voluntários em todo o Paraná, todos empregados da Companhia. É composto por caderno, régua, jogo de memória e cartilha. Foram distribuídos, ao longo de 2006, 200 mil kits em 1.400 estabelecimentos de 330 municípios. Ao todo, 145.000 alunos tiveram acesso ao material, superando a meta estabelecida para o ano que era de 142.906 alunos;
- Palestras ministradas por técnicos de segurança em escolas. As informações verbais são complementadas com a distribuição de materiais explicativos, como cartilhas, cadernos, réguas, jogos da memória e afixação de cartazes. Mediante convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação, foram treinados técnicos pedagógicos e representantes das Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs para serem multiplicadores em seus núcleos estaduais; e
- Palestras em empresas, canteiros de obras da construção civil, cooperativas rurais e associações de classe.

Temas sobre segurança são veiculados também através dos seguintes canais:

1) 3,3 milhões de faturas de energia enviadas mensalmente às unidades consumidoras e informativos bimestrais; **2)** 3,3 milhões de informativos, de periodicidade bimestral, anexados às faturas; **3)** 340 mil calendários rurais para autoleitura do medidor para os clientes da zona rural; **4)** internet; **5)** campanhas de verão no litoral paranaense; **6)** feiras e exposições municipais; e **7)** programas e feiras de serviço itinerantes do Governo (Paraná em Ação, Projeto FERA).

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Mercado

O consumo total de energia elétrica faturada pela Copel Distribuição em 2006 totalizou 17.511.648 MWh contra 17.523.500 MWh no ano de 2005. Em 2006 o desempenho do mercado de energia foi influenciado principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial, que representaram 27,6%, 34,4% e 19,5%, respectivamente, do consumo total faturado. Este comportamento foi influenciado principalmente pelos seguintes fatores: o clima seco e quente ocorrido nos três primeiros meses do ano fez com que o consumo crescesse mais em relação a 2005; em abril e maio o consumo cresceu pouco em relação ao ano anterior, devido à ocorrência de temperaturas inferiores a 2005 e à redução da atividade industrial, em função do menor número de dias úteis no mês de abril; em junho também houve redução na produção industrial em função das interrupções das atividades durante os dias dos jogos do Brasil na Copa do Mundo; no segundo semestre, o crescimento observado reflete o efeito das condições climáticas com temperaturas médias normalmente mais elevadas do que as ocorridas no ano anterior, assim como a recuperação da produção industrial nos três últimos meses do ano. O mercado fio, que inclui todos os consumidores que acessaram o sistema da Copel Distribuição, cresceu 3,5% no ano de 2006. Foram incorporadas ao sistema 88.751 ligações, sendo 76.436 residenciais, 3.430 industriais, 5.839 comerciais e 3.046 de outras classes. No mês de dezembro foram faturados 3.345.315 consumidores, representando um crescimento de 2,7% em relação a 2005.

O setor residencial, que participou com 27,6% do mercado, consumiu 4.825.757 MWh, durante o ano de 2006, representando um crescimento de 3,7% quando comparado ao total verificado em 2005. O consumo médio por consumidor residencial foi de 152,5 kWh/mês em 2006, registrando um aumento de 0,7% em relação ao verificado no ano anterior. As condições climáticas também influenciaram o desempenho da classe residencial: em abril e maio foram registradas temperaturas médias 8,0% e 3,5%, respectivamente, abaixo do verificado em 2005. Em dezembro de 2006 o número de consumidores residenciais totalizou 2.637.502, o que representa um acréscimo de 3,0% em relação ao ano anterior.

O consumo industrial, que participou com 34,4% do total, apresentou em 2006 uma variação negativa de 6,9%, atingindo 6.021.424 MWh. Esta queda decorre da saída parcial e/ou total de grandes consumidores para o mercado livre, da queda na produção industrial observada durante o ano, dos problemas fitossanitários enfrentados (gripe aviária e febre aftosa), da queda nos preços internacionais de algumas *commodities* e do câmbio defasado. Já o mercado fio industrial, que leva em conta todos os consumidores industriais que acessaram o sistema da Copel Distribuição, apresentou crescimento de 3,0%. Foram faturados 56.686 consumidores industriais, 6,4% acima do verificado em dezembro de 2005.

Com um aumento de 5,4% em relação ao consumo verificado em 2005, a classe comercial apresentou, no ano de 2006, a maior taxa de crescimento dentre as principais classes, totalizando 3.406.894 MWh. Ressalta-se que esta classe representou cerca de 19,5% do consumo total de energia, e nela estão classificados, além dos estabelecimentos do comércio varejistas e atacadistas, todos os prestadores de serviços, desde os serviços de hospedagem e alimentação aos serviços bancários, o que significa que está compreendido nesta categoria de consumo um amplo e variado elenco de atividades econômicas. Os ramos que mais se destacaram, em 2006, foram do comércio por atacado e intermediários, comércio varejista e alojamento/alimentação que apresentaram crescimento de 10,6%, 5,7% e 4,3%, respectivamente,. Foram agregadas 5.839 consumidores comerciais totalizando 278.963 consumidores faturados em 31.12.2006.

A classe rural, que participou com 8,2% do mercado, apresentou um aumento de 3,0% no consumo faturado, totalizando 1.431.185 MWh no ano de 2006. O consumo médio rural apresentou acréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior, atingindo 363,1 kWh/mês. Em dezembro de 2006 foram faturados 328.469 consumidores rurais, 0,3% superior ao verificado em 2005.

As demais classes de consumo - Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Próprio - complementam o mercado de energia elétrica. Com 10,3% de participação, estas classes apresentaram um crescimento de 2,3%, consumindo 1.826.388 MWh em 2006.

Classes	Consumo (GWh)				Unidades Consumidoras			
	2006	2005	Δ%	Participação % 2006	2006	2005	Δ%	Participação % 2006
Residencial	4.826	4.653	3,7	27,6	2.637.502	2.561.066	3,0	78,8
Industrial	6.021	6.466	-6,9	34,4	56.686	53.256	6,4	1,7
Comercial	3.407	3.231	5,4	19,5	278.963	273.124	2,1	8,3
Rural	1.431	1.389	3,0	8,2	328.469	327.363	0,3	9,8
Outras	1.827	1.784	2,3	10,3	43.695	41.755	4,6	1,4
Total Mercado Faturado	**17.512**	**17.523**	**0,0**	**100,0**	**3.345.315**	**3.256.564**	**2,7**	**100,0**
Concessionárias	458	450	1,7	-	-	-	-	-

O mercado fio da Copel Distribuição, que inclui todos os consumidores que acessaram o sistema da distribuição, cresceu 3,5% no ano de 2006, sendo 20.554 GWh em 2006 e 19.860 GWh em 2005.

5.2 Tarifas e Política de Descontos

5.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória Aneel nº 345, de 20.06.2006, estabelece as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição a serem aplicadas a partir de 24.06.2006, considerando o reajuste total médio de 5,12%. Esse índice incorpora os percentuais do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, de 4,91%, e os componentes financeiros externos ao reajuste anual, de 0,21%.

5.2.2 Política de Descontos

Desde 2003, a Copel Distribuição vinha praticando política de oferecer descontos em suas tarifas, de modo a incentivar o uso de energia elétrica e contribuir para o crescimento econômico do Estado pela atração de novas indústrias e pela redução da inadimplência. Entretanto, a partir de 24.06.2006, a Companhia suspendeu os descontos sobre a tabela tarifária em vigor, motivada pela redução ocorrida nas classes tarifárias da baixa tensão, causada pelo processo de realinhamento tarifário, o qual absorveu os descontos concedidos pela Companhia, até 23.06.2006, aos consumidores adimplentes.

5.2.3 Realinhamento Tarifário

As tarifas de energia elétrica estão passando por processo de abertura e realinhamento tarifário (4ª etapa), conforme dispõe o Decreto nº 4.667, de 04.04.2003. No reajuste de junho/2006, a Aneel cumpriu a penúltima etapa do realinhamento tarifário determinado, visando reduzir os subsídios cruzados entre os diversos grupos de consumo. Assim, os reajustes médios aplicados foram maiores nos grupos tarifários de alta tensão (14,09%) e menores nos grupos de baixa tensão (-0,99%). No entanto, comparando as tarifas aplicadas anteriormente com as vigentes, os efeitos médios a serem percebidos nas faturas dos consumidores será, em média, de 1,44% no grupo de alta tensão e de -12,71% no grupo de baixa tensão.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro/2006 atingiu R$ 206,70/MWh, representando queda de 1,35% em relação a dezembro do ano anterior. A classe industrial teve aumento de 9,27%, refletindo a continuidade do processo de realinhamento tarifário e de retirada gradual dos subsídios cruzados entre os grupos de consumo de alta e baixa tensão, nos termos do Decreto n° 4.667/2003.

Tarifas Médias de Fornecimento por Classe de Consumo (em R$/MWh)

Tarifas	Dez 2006	Dez 2005	Variação%
Residencial	242,48	268,90	-9,83
Industrial	187,60	171,68	9,27
Comercial	227,52	234,87	-3,13
Rural	151,73	164,20	-7,59
Outros	174,23	177,39	-1,78
Fornecimento/Total	**206,70**	**209,52**	**-1,35**

5.3 Inadimplência

A partir do período contábil de 2003, a Companhia passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

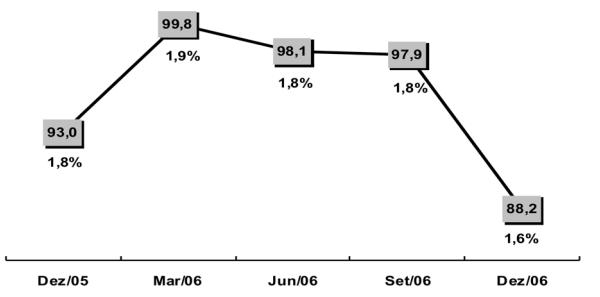
$$\text{Inadimplência (Percentual)} = \frac{\Sigma \text{ Débitos vencidos} > 15 \text{ dias} \leq 360 \text{ dias}}{\Sigma \text{ Faturamento no período 12 meses}}$$

Considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 456/2000).

Foi excluído dos débitos vencidos o reconhecimento de perdas pela Companhia.

A queda do Índice de Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica, de 1,8% em dezembro/2005 para 1,6% em 2006, é conseqüência, principalmente, do recebimento de faturas vencidas e da transferência, para a reserva, de valores incobráveis.

Composição da Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica (R$ milhões/%)



5.4 Qualidade da Energia

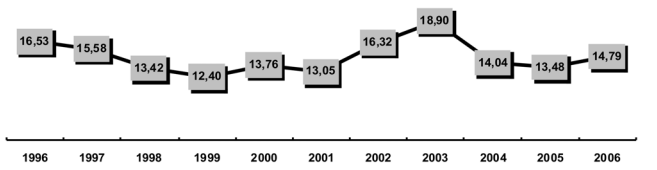
Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor - DEC e Freqüência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC.

O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

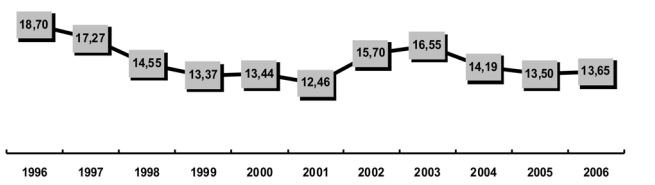
O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

Segue gráfico mostrando o histórico dos índices DEC e FEC da Copel Distribuição desde 1996.

DEC (em horas, centesimal de hora)



FEC (nº de interrupções)



O índice DEC da Copel Distribuição atingiu seu menor valor histórico em 1999, enquanto o índice FEC registrou seu menor valor em 2001.

Com o crescimento do sistema elétrico, influenciado fortemente pelo Programa Luz para Todos, é necessário que sejam constantemente realizadas ampliações e reforços nas redes, além de implantação de novas tecnologias visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Companhia, ao passar por processo de privatização a partir de 2000, sofreu impactos, com redução de pessoal e de investimentos, fato que, aliado às condições climáticas adversas, representou condição desfavorável dos indicadores em 2002 e 2003.

No início de 2003, a Companhia aprovou a criação de grupo de trabalho responsável pela proposição de ações para melhoria do sistema, visando à redução dos índices relativos aos conjuntos de consumidores.

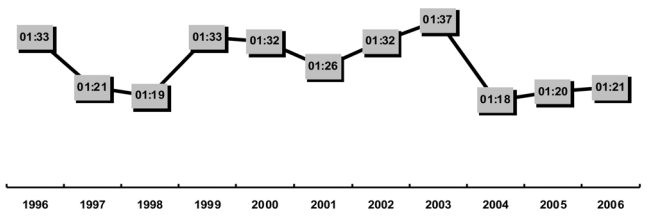
Como resultado do primeiro trabalho do grupo, a Diretoria autorizou a liberação de recursos suplementares para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

Em 2004, os indicadores DEC e FEC apresentaram melhorias significativas, seguida de novo ganho em 2005. Em 2006, porém, a ocorrência de elevado número de intempéries em diversas regiões do Estado reverteu a tendência positiva dos indicadores. Buscando tornar o sistema elétrico de distribuição mais robusto e, portanto, menos suscetível a interrupções, em 2007 será iniciado programa plurianual de obras de melhoria e de reforço nas atividades de manutenção preventiva.

5.5 Tempo Médio de Atendimento

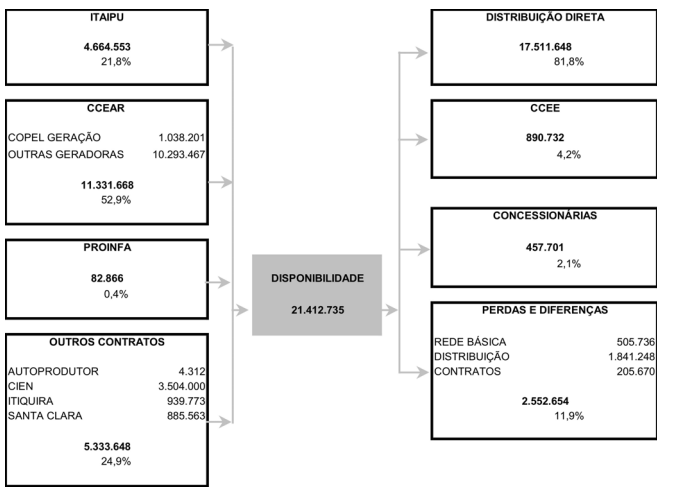
Relativamente ao Tempo Médio de Atendimento - TMA, percebe-se também melhora significativa a partir de 2004. Essa melhora no indicador é resultado do forte investimento da Copel Distribuição na contratação de novos técnicos e eletricistas, bem como da abertura, a partir de 2003, de novos postos de atendimento.

TMA - Tempo Médio de Atendimento (em horas:minutos)



5.6 Fluxo de Energia (em MWh)

O fluxo a seguir resume a disponibilidade e o suprimento de energia elétrica comercializada pela Copel Distribuição em 2006. Em disponibilidade, apresentam-se as aquisições através de contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e mecanismo de realocação de energia, entre outros.



6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Receita Operacional Líquida

Em 2006, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 131,9 milhões, representando 3,48% de aumento em relação ao exercício de 2005. Tal variação é proveniente do crescimento da Receita de fornecimento de energia elétrica em 3,18%, decorrente do aumento na tarifa de energia, de 5,12%, e suspensão dos descontos concedidos a partir de junho de 2006.

6.2 Despesas Operacionais

As despesas operacionais atingiram, em 2006, R$ 3.613,3 milhões contra R$ 3.571,8 milhões em 2005. Esse acréscimo teve influência principalmente por:

1) Despesas com energia comprada para revenda, com decréscimo de 10,68%. Destacam-se a redução da energia do contrato inicial da Copel Geração em R$ 269,5 milhões, da Itaipu em R$ 129,1 milhões e da energia comprada da Cien em R$ 81,9 milhões, compensadas pelo acréscimo de energia adquirida em leilão no valor de R$ 217,3 milhões, e adquirida da Elejor e Itiquira, nos valores de R$ 78,3 e R$ 6,9 milhões, respectivamente.

2) Despesas com encargos de uso da rede elétrica, com decréscimo de 3,65%, refletindo o menor efeito da conta de compensação de itens da parcela A – CVA, que em 2006 apresentou menor apropriação em relação a 2005.

3) Despesas de Pessoal, justificado pelo aumento do quadro funcional em 269 empregados e pelo acordo coletivo, que estabeleceu reajuste salarial de 3,5%.

4) Despesas de Taxas Regulamentares, com acréscimo decorrente principalmente da maior apropriação da quota de Consumo de Combustível – CCC e da maior apropriação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

5) Despesas de Serviços de Terceiros, com acréscimo em função, principalmente, de aumentos de consultoria técnica, agentes autorizados e credenciados e de postais e telegráficos.

6.3 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, ou EBITDA, totalizou 461 milhões, ultrapassando em 26,3% o verificado em 2005, que foi de R$ 365 milhões. Sua margem foi de 11,8%, índice superior ao apresentado no ano anterior, de 9,7%.

6.4 Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro tem como destaques:

1) Receitas Financeiras, com acréscimo representando, principalmente pelo: aumento de R$ 25,6 milhões, devido a maior variação monetária do IGP-DI (3,8% em 2006 e 1,2% em 2005), o qual corrige o contrato da CRC com o Governo do Estado do Paraná; acréscimo em rendas de aplicações financeiras, pela maior disponibilidade de caixa, no valor de R$ 10,6 milhões; e pelos juros sobre impostos a compensar, no valor de R$ 13,9 milhões.

2) Despesas Financeiras, com acréscimo decorrente, principalmente: do aumento de R$ 10,6 milhões, reflexo da variação monetária, conseqüência da menor valorização do real frente ao dólar (8,7% em 2006 e 11,8% em 2005); do acréscimo dos juros dos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, no valor de R$ 9,4 milhões; e do aumento de remuneração selic sobre os saldos da CVA, no valor de R$ 18,1 milhões.

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

6.5 Endividamento

As dívidas de curto e longo prazos sofreram variações em 2006, devido a ingressos de recursos no montante de R$ 16,9 milhões. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 105,5 milhões, dos quais R$ 18,2 milhões em amortização de principal, R$ 7,6 milhões em encargos e R$ 79,7 milhões em encargos de debêntures. Em 2005, as variações ocorreram devido a ingressos de recursos no montante de R$ 102,1 milhões, sendo R$ 100,0 milhões na repactuação da 2ª série de debêntures. Já os pagamentos totalizaram R$ 206,5 milhões, dos quais R$ 119,4 milhões na liquidação da 2ª série de debêntures e R$ 61,0 milhões em encargos da 3ª série de debêntures. Houve amortização de principal de dívida em R$ 18,5 milhões e R$ 7,6 milhões em encargos.

6.6 Lucro Líquido

Em 2006, a Companhia obteve lucro líquido de R$ 284,7 milhões, sendo 52,2% maior que o obtido no exercício anterior, de R$ 187,0 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 20,3% (lucro líquido ÷ (patrimônio líquido - lucro líquido)), representando aumento de 46,0% em relação a 2005.

7. DESEMPENHO AMBIENTAL

A Coordenação Institucional de Meio Ambiente – CMA, no âmbito corporativo, desenvolveu, durante 2006, as seguintes atividades: estruturação da gestão corporativa de resíduos; elaboração do Relatório Anual de Meio Ambiente; mapeamento e modelagem de todos os processos da função empresarial "meio ambiente", incluindo os que têm impacto direto no cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley; alinhamento da função meio ambiente ao mapa estratégico corporativo; e coordenação do Seminário Internacional de Tecnologias Energéticas do Futuro - STEF como estratégia para iniciar debate envolvendo a Copel Distribuição e a posicionando como parte interessada no desenvolvimento de estudos e na execução de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, como os resíduos urbanos e a biomassa. A gestão ambiental da Controladora, portanto, liderada pela CMA, tem a atribuição de contribuir para o planejamento estratégico da Companhia.

7.1 Programa de Eficiência Energética

A Companhia desenvolve anualmente seu Programa de Eficiência Energética - PEE, por meio do qual são aplicados recursos financeiros equivalentes a 0,25% de sua receita operacional líquida. O programa é desenvolvido em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei n° 9.991/2000. Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Aneel.

São desenvolvidos também projetos com clientes do segmento residencial, industrial, comercial e do poder público, com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, como iluminação, força motriz, refrigeração, condicionamento de ar e gestão energética. Igualmente, foram realizados projetos de natureza educacional e de gerenciamento da energia elétrica, tais como:

- Gestão Energética Municipal: realizado em 38 municípios do Estado, através da implantação de Plano de Gestão Municipal, com o objetivo de difundir conceitos de combate ao desperdício de energia elétrica e de preservação do meio ambiente;
- Procel nas Escolas: Programa de Educação Ambiental "A Natureza da Paisagem - Energia", destinado a professores dos ensinos fundamental e médio. Em 2006, foram capacitados 413 professores, abrangendo 28.700 alunos; e
- Treinamento em eficiência energética comercial e industrial: capacitação de gestores e técnicos especializados.

7.2 Emissões, Efluentes e Resíduos

A frota de veículos destinada às atividades operacionais da Companhia, bem como ao transporte de pessoas em serviço, é adquirida com priorização para modelos com motor a álcool combustível. No caso de aquisição de modelos com motor a diesel, devem ser atendidas as exigências legais quanto à emissão de poluentes.

Para a Copel Distribuição, é necessário tratar adequada e corporativamente as questões relativas aos resíduos gerados em todas as suas atividades, bem como trocar experiências e estabelecer sinergia entre as práticas atualmente existentes, promovendo intercâmbio com outras instituições públicas e privadas. Procurando integrar e alinhar essas práticas ao planejamento estratégico empresarial, e dando continuidade ao programa de Gestão Corporativa de Resíduos, em agosto de 2006 foi formalmente criado grupo de trabalho, constituído por representantes de todas as áreas da empresa que trabalham e se relacionam diretamente com o tema. Em 2006, foram traçados e estruturados planos de ação que nortearão os procedimentos a serem desdobrados em toda a Companhia em 2007. A troca de experiências entre as áreas possibilitou o estabelecimento de ações conjuntas, como, por exemplo, a condução de licitação única para o co-processamento de 41 toneladas de resíduos sólidos e líquidos contaminados, oriundos de usinas e de processos de distribuição de energia. Novos projetos foram estruturados, como o recolhimento de lâmpadas fluorescentes compactas.

O tratamento dado aos resíduos industriais classe I (perigosos) é diferenciado por tipo de resíduo. A Companhia tem como meta a elaboração de manual de instrução técnica contemplando os principais resíduos perigosos gerados pelo sistema de distribuição: óleo mineral isolante, resíduos sólidos contaminados, lâmpadas com mercúrio em sua composição e baterias. Tal projeto tem conclusão prevista para agosto/2007.

O ascarel vem sendo sistematicamente eliminado através da substituição de todos os equipamentos atualmente cadastrados. Em 2006, foram destinadas aproximadamente 45 toneladas de ascarel pelo método de descontaminação e reciclagem das carcaças metálicas impermeáveis dos equipamentos e incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados. Atualmente, estima-se que a Companhia esteja livre de ascarel em suas redes e subestações de distribuição.

Resíduo	2006	2005	Método de Disposição
Ascarel (tonelada)	16,14	32,00	Descontaminação e reciclagem das carcaças metálicas impermeáveis dos equipamentos e incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados.

O óleo mineral isolante é regenerado nos almoxarifados das regionais e no almoxarifado do Atuba, tendo o volume regenerado em 2006 sido de aproximadamente 230 mil litros. Os resíduos sólidos contaminados com óleo mineral, tintas e solventes são armazenados no almoxarifado do Atuba até que se atinja montante suficiente para iniciar processo licitatório para destinação final. Em 2006, a Companhia promoveu destinação de 55 toneladas de resíduos sólidos contaminados com óleo mineral, tintas e solventes por co-processamento em fornos de indústrias de cimento.

Quanto às lâmpadas contendo mercúrio, são realizadas licitações anuais para contratação de empresa especializada na descontaminação do mercúrio e reciclagem dos demais materiais. Em 2006, foram encaminhadas 68 mil lâmpadas para destinação final.

Baterias e transformadores contendo óleo mineral são vendidos através de processo licitatório. Nas licitações são incluídas cláusulas especiais para garantir a disposição correta e a rastreabilidade dos resíduos.

Na Copel Distribuição os derramamentos não são significativos. Ocorrem de forma pontual, em função de defeitos em equipamentos ou em casos de furto de transformadores. As ocorrências de defeitos em equipamentos são atendidas pelas equipes de emergência e manutenção de redes, que utilizam metodologias aprovadas para evitar o derramamento durante retirada e transporte. A partir deste ano, a Copel Distribuição passou a coordenar projetos que visam à recuperação de solo contaminado com óleo mineral isolante em subestações e em casos de furto de transformadores, com conseqüente derramamento de óleo em solo. Tais projetos contam com a anuência do órgão ambiental estadual e têm previsão de conclusão até junho/2008.

Em virtude de adequações a serem realizadas na Companhia, após auditoria para conformidade à Lei Sarbanes-Oxley, está prevista realização do mapeamento de riscos e gerenciamento dos passivos ambientais. Esse trabalho, além de atender à meta anterior, permitirá o mapeamento de todos os outros possíveis passivos, para os quais serão propostos planos de gerenciamento e/ou remediação.

7.3 Produtos e Serviços

Apesar de considerar como não significativos os impactos ocasionados pelo sistema de distribuição de energia, a Companhia desenvolve diversas ações com o intuito de reduzir ao máximo os impactos causados, como: programa de educação ambiental, que treinou 808 colaboradores em 2006; programa socioambiental de arborização urbana, que visa auxiliar os municípios na adequação da arborização, possibilitando convivência pacífica entre as árvores e as redes de distribuição; elaboração de manuais internos de orientações para desenvolver atividades de forma a respeitar a legislação ambiental e reduzir os impactos ao meio ambiente; e demais projetos de pesquisa para biorremediação de solos que possam eventualmente vir a ser contaminados com óleo mineral. Muitas dessas ações implicam resultados de longo prazo, como a educação ambiental.

Para reduzir o risco de acidentes onde possa haver vazamento de óleo e contaminação do solo ou cursos d'água, a Companhia vem desenvolvendo, há cerca de 2 anos, experiências com óleo isolante vegetal em substituição ao óleo mineral. Em junho/2006, inaugurou-se rede de distribuição subterrânea construída no centro de Foz do Iguaçu, na qual operam 18 transformadores de grande porte, que utilizam óleo vegetal como fluido isolante.

No processo de licenciamento ambiental de subestações e linhas, a Copel Distribuição realiza, de acordo com o Plano Básico Ambiental - PBA de cada empreendimento, ações mitigadoras e compensatórias para os impactos ambientais direta ou indiretamente provocados por ele.

8. DESEMPENHO SOCIAL

8.1 Incentivos Fiscais

As contribuições levadas a efeito sob os auspícios da Lei Rouanet, no exercício de 2006, foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, tendo como proponente, em boa parte, a Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer - MON, para a qual foram destinados R$ 0,7 milhão.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou diversas ações, dentre elas a doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA. Em 2006, a Copel Distribuição destinou R$ 0,5 milhão a diversos projetos inscritos no FIA, utilizando os incentivos fiscais. Dentre os projetos beneficiados podemos citar o de ampliação do Hospital Pequeno Príncipe. Os recursos destinados ao hospital se transformaram em um andar inteiro, contendo aproximadamente 100 novos leitos e uma nova UTI neonatal. Em reconhecimento ao valor recebido, o maior vindo de uma empresa em toda a sua história, o Hospital criou a cota "Coração Copel".

8.2 Gestão de Pessoas

Em 2006 a Copel Distribuição contava com a seguinte composição de sua força de trabalho:

Força de Trabalho	Jornada de Trabalho	2006	2005
Empregados	6 ou 8 horas	5.826	5.557
Estagiários	4 horas	843	692

Todo o quadro próprio da Companhia é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça ou crença. A Copel Distribuição destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afro-descendentes. Em 2006, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa passíveis de preenchimento por portadores de necessidades especiais. Dentre candidatos afro-descendentes, foram admitidos 13 novos empregados.

8.2.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuados de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos.

A Companhia também aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos nos cursos de pós-graduação, além de incentivar o autodesenvolvimento destes por meio do programa de auxílio-educação.

8.2.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Companhia e a CENPRL, comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2006.

8.2.3 Benefícios

Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Copel Distribuição é mantenedora, são: plano de previdência privada, complementando o valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

8.3 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

NE nº		2006	2005
	1 - BASE DE CÁLCULO		
24 e 25	**Receita Líquida - RL**	**3.916.932**	**3.785.005**
	Resultado (ou Lucro) Operacional - RO	**387.824**	**285.414**
29	**Folha de Pagamento Bruta - FPB**	**366.115**	**345.748**
	Valor Adicionado Total - VAT	**3.249.830**	**2.859.406**

NE nº continuação		2006	% Sobre: FPB	% Sobre: RL	% Sobre: VAT	2005	% Sobre: FPB	% Sobre: RL	% Sobre: VAT
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS								
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	**35.590**	9,7	0,8	1,0	**29.319**	8,5	0,7	1,0
29	**Encargos sociais compulsórios**	**92.633**	25,3	2,4	2,9	**87.653**	25,4	2,3	3,1
30	**Previdência privada**	**21.799**	6,0	0,6	0,7	**11.720**	3,4	0,3	0,4
30	**Saúde** (Plano assistencial)	**26.735**	7,3	0,7	0,8	**15.163**	4,4	0,4	0,6
	Segurança e medicina no trabalho	**2.498**	0,7	0,1	0,1	**2.322**	0,7	0,1	0,1
	Educação	**1.530**	0,4	-	-	**1.247**	0,4	-	-
	Cultura	**481**	0,1	-	-	**345**	0,1	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	**6.444**	1,8	0,2	0,2	**5.683**	1,6	0,2	0,2
	Auxílio creche	**352**	0,1	-	-	**331**	0,1	-	-
29	**Participação nos lucros e/ou resultados**	**31.904**	8,7	0,8	1,0	**21.021**	6,1	0,6	0,7
	Outros benefícios	**4.895**	1,3	0,1	0,2	**2.429**	0,6	0,1	0,1
	Total	**224.861**	**61,4**	**5,7**	**6,9**	**177.233**	**51,3**	**4,7**	**6,2**
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre: RO	% Sobre: RL	% Sobre: VAT		% Sobre: RO	% Sobre: RL	% Sobre: VAT
	Educação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
37	**Cultura** (Lei Rouanet)	**2.070**	**0,5**	**0,1**	**0,1**	**1.389**	**0,4**	**-**	**-**
	Saúde e saneamento	**111.979**	**28,9**	**2,8**	**3,4**	**64.364**	**22,6**	**1,7**	**2,3**
	Programa Luz Fraterna [1]	32.522	8,4	0,8	1,0	29.757	10,4	0,8	1,1
	Programa Luz para Todos	79.254	20,4	2,0	2,4	33.708	11,8	0,9	1,2
	Programa Reluz	-	-	-	-	469	0,2	-	-
	Programa Luz Legal	203	0,1	-	-	430	0,2	-	-
	Esporte	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Combate à fome e segurança alimentar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Outros	**540**	**0,1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
37	Fia - Fundo dos direitos da criança e do adolescente	**540**	0,1	-	-	-	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	**114.589**	**29,5**	**2,9**	**3,5**	**65.753**	**23,0**	**1,7**	**2,3**
DVA	**Tributos (excluídos encargos sociais)**	**2.313.120**	**596,5**	**59,1**	**71,2**	**2.122.555**	**743,7**	**56,1**	**74,2**
	Total	**2.427.709**	**626,0**	**62,0**	**74,7**	**2.188.308**	**766,7**	**57,8**	**76,5**
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre: RO	% Sobre: RL	% Sobre: VAT		% Sobre: RO	% Sobre: RL	% Sobre: VAT
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	**63.123**	**16,3**	**1,6**	**1,9**	**56.431**	**19,8**	**1,5**	**2,0**
34	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	34.976	9,1	0,9	1,1	34.260	12,0	0,9	1,3
	Gestão de resíduos	1.257	0,3	-	-	802	0,3	-	-
	Rede Compacta ou Linha Verde	26.797	6,9	0,7	0,8	21.283	7,5	0,6	0,7
	Programas de proteção de Fauna e Flora	93	-	-	-	86	-	-	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	**84**	**-**	**-**	**-**	**71**	**-**	**-**	**-**
	Educação Ambiental	84	-	-	-	71	-	-	-
	Total	**63.207**	**16,3**	**1,6**	**1,9**	**56.502**	**19,8**	**1,5**	**2,0**

	2006	2005
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2006 Total	2006 Homens	2006 Mulheres	2005 Total	2005 Homens	2005 Mulheres
Empregados no final do período	**5.826**			**5.557**		
Escolaridade dos empregados(as):						
Total Superior e extensão universitária	**1.895**	1.324	571	**1.757**	1.231	526
Total 2º Grau	**3.500**	3.041	405	**3.342**	2.881	431
Total 1º Grau	**431**	405	26	**458**	431	27
Faixa etária dos empregados(as):						
Abaixo de 30 anos	**1.427**			**1.260**		
De 30 até 45 anos (exclusive)	**2.837**			**2.655**		
Acima de 45 anos	**1.562**			**1.642**		
Admissões durante o período	**649**			**931**		
Mulheres que trabalham na empresa	**1.056**			**1.014**		
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres	**2**			**1**		
em relação ao nº total de gerentes	**11**			**6**		
Negros(as) que trabalham na empresa	**560**			**517**		
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)	**2**			**1**		
em relação ao nº total de gerentes	**6**			**5**		
Portadores(as) de necessidades especiais	**38**			**57**		
Dependentes	**10.397**			**10.348**		
Estagiários(as)	**843**			**692**		

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2006	Metas 2007
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**27**	**27**
Número total de Acidentes de Trabalho	**236**	**-**
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	**direção e gerências**	**direção e gerências**
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	**todos(as) + Cipa**	**todos(as) + Cipa**
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	**segue as normas da OIT**	**incentivará e seguirá a OIT**
A previdência privada contempla:	**todos(as) empregados(as)**	**todos(as) empregados(as)**
A participação dos lucros ou resultados contempla:	**todos(as) empregados(as)**	**todos(as) empregados(as)**
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	**são sugeridos**	**serão exigidos**
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	**apóia**	**organizará e incentivará**
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	**124.602**	**123.232**
no Procon	**496**	**496**
na Justiça	**705**	**695**
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	**100,0%**	**100,0%**
no Procon	**100,0%**	**100,0%**
na Justiça	**23,8%**	**25,0%**
% da representatividade das reclamações e críticas de consumidores(as) em relação ao total de unidades consumidoras:		
na empresa	**3,73%**	**3,58%**
no Procon	**0,02%**	**0,01%**
na Justiça	**0,02%**	**0,02%**

	2006	2005
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Financiadores	**5,9%**	**5,5%**
Pessoal	**11,9%**	**11,4%**
Governo	**73,4%**	**76,6%**
Acionistas	**3,7%**	**-**
Retido	**5,1%**	**6,5%**

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A Copel Distribuição não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:
Superintendência de Gestão Contábil
Edson Gilmar Dal Piaz Barbosa - tel 41 3331-2123 e-mail: edson.barbosa@copel.com
Notas:
NA - Não se aplica
ND - Não Disponível
NE - Nota Explicativa
[1] O Programa Luz Fraterna é realizado através de um convênio com o Governo do Estado do Paraná, lançado em 11.09.2003, e tem como objetivo beneficiar a população carente, com a isenção do pagamento das contas de energia àquelas famílias que atendam aos critérios previamente estabelecidos.

9. AGRADECIMENTOS

9.1 Mensagem de Agradecimento

Ao reconhecermos que o bom desempenho obtido pela Copel Distribuição neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, expressamos nossos agradecimentos à Controladora, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente a nossos empregados por seu empenho e dedicação, têm transformado a Copel Distribuição numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

Curitiba, 27 de março de 2007

As demonstrações contábeis da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 18 de abril de 2007.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE nº	2006	2005
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	132.854	332.272
Consumidores e revendedores	5	829.997	799.573
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(98.263)	(77.848)
Serviços executados para terceiros, líquidos		45	67
Serviços em curso		12.322	3.584
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	7	35.205	31.803
Impostos e contribuições sociais	8	186.679	97.789
Conta de compensação da "parcela A"	9	90.048	128.187
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	10	3.408	30.000
Cauções e depósitos vinculados	11	33.714	21.199
Estoques		32.333	21.371
Outros créditos	12	26.603	15.334
		1.284.945	**1.403.331**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores e revendedores	5	81.048	73.094
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	7	1.158.898	1.150.464
Impostos e contribuições sociais	8	213.232	268.318
Depósitos judiciais	22	67.297	58.158
Conta de compensação da "parcela A"	9	12.273	8.559
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	10	-	32.680
Cauções e depósitos vinculados	11	19.490	21.397
Outros créditos	12	5.546	9.072
		1.557.784	**1.621.742**
Permanente			
Investimentos		**419**	**419**
Imobilizado	13	**1.157.613**	**1.080.377**
Intangível	14	**13.418**	**18.460**
		2.729.234	**2.720.998**
ATIVO TOTAL		**4.014.179**	**4.124.329**

PASSIVO	NE nº	2006	2005
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	15	14.802	20.794
Debêntures	16	637.329	57.220
Fornecedores	17	335.237	432.295
Impostos e contribuições sociais	8	184.127	197.481
Dividendos a pagar		52.913	-
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	18	82.562	67.213
Benefícios pós-emprego	30	77.143	74.800
Conta de compensação da "parcela A"	9	110.498	65.664
Taxas regulamentares	19	48.570	24.111
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	133.282	60.488
Outras contas a pagar	21	24.212	25.864
		1.700.675	**1.025.930**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	15	98.657	102.091
Debêntures	16	-	562.902
Provisões para contingências	22	133.317	96.521
Coligadas e controladas		-	173.944
Fornecedores	17	62.863	284.903
Impostos e contribuições sociais	8	15.126	24.562
Benefícios pós-emprego	30	262.202	296.058
Conta de compensação da "parcela A"	9	52.053	24.912
		624.218	**1.565.893**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23**		
Capital social		1.607.168	1.607.168
Reservas de lucros		82.118	-
Prejuízos acumulados		-	(74.662)
		1.689.286	**1.532.506**
PASSIVO TOTAL		**4.014.179**	**4.124.329**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE nº	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL	**24**		
Fornecimento de energia elétrica		5.346.082	5.181.156
Suprimento de energia elétrica		105.704	128.330
Disponibilidade da rede elétrica		148.452	133.792
Outras receitas operacionais		55.084	62.486
		5.655.322	**5.505.764**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	**25**	**(1.738.390)**	**(1.720.759)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**3.916.932**	**3.785.005**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	26	(1.538.928)	(1.723.028)
Encargos de uso da rede elétrica	26	(631.850)	(655.766)
		(2.170.778)	**(2.378.794)**
Custo de operação	**26**		
Pessoal		(310.346)	(288.278)
Planos previdenciário e assistencial		(36.798)	(19.931)
Material		(35.056)	(37.820)
Serviços de terceiros		(89.492)	(71.605)
Depreciação e amortização		(144.159)	(140.189)
Tributos		(718)	(1.668)
Recuperação de despesas		16.803	14.874
Outros custos de operação		(19.774)	(10.443)
		(619.540)	**(555.060)**
Custo do serviço prestado a terceiros	**26**		
Pessoal		(1.455)	(412)
Planos previdenciário e assistencial		(3)	-
Material		(8.223)	(1.318)
Serviços de terceiros		(2.959)	(938)
Outros custos do serviço prestado a terceiros		-	(13)
Custo do serviço prestado a terceiros		**(12.640)**	**(2.681)**
		(2.802.958)	**(2.936.535)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**1.113.974**	**848.470**
Despesas Operacionais	**26**		
Despesas com vendas		(61.648)	(34.891)
Despesas gerais e administrativas		(213.368)	(180.111)
Outras despesas operacionais		(535.313)	(420.264)
		(810.329)	**(635.266)**
RESULTADO DO SERVIÇO		**303.645**	**213.204**
RESULTADO FINANCEIRO	**38**		
Receitas financeiras		292.835	239.093
Despesas financeiras		(208.656)	(166.883)
		84.179	**72.210**
LUCRO OPERACIONAL		**387.824**	**285.414**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**39**	**(6.201)**	**(10.494)**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**381.623**	**274.920**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**41**		
Imposto de renda e contribuição social		(97.723)	(126.498)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		779	38.581
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**284.679**	**187.003**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		**177,1308**	**116,3556**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2004	**1.607.168**	**-**	**-**	**(237.025)**	**1.370.143**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(24.640)	(24.640)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	187.003	187.003
Saldo em 31 de dezembro de 2005	**1.607.168**	**-**	**-**	**(74.662)**	**1.532.506**
Ajustes de exercícios anteriores (NEs nºs 20 e 30)	-	-	-	(10.076)	(10.076)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	284.679	284.679
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal		9.997	-	(9.997)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(117.823)	(117.823)
Reserva para investimentos	-	-	72.121	(72.121)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	**1.607.168**	**9.997**	**72.121**	**-**	**1.689.286**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	2006	2005
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	**284.679**	**187.003**
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	157.853	152.287
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(40.632)	(22.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.321	(18.504)
Provisões no passivo não circulante	197.944	145.749
Baixas de ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	25.865	-
Baixas de imobilizado - líquidas	11.329	16.804
Baixas de intangível - líquidas	58	12
	398.738	**273.846**
	683.417	**460.849**
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos	16.937	2.155
Debêntures	-	100.000
Fornecedores (Copel Geração) - reclassificação do circulante	-	109.451
Controladora e coligadas	-	2.556
Participação financeira do consumidor	43.484	39.675
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	17.257	12.146
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	34.440	31.772
Impostos e contribuições sociais	7.438	380
Conta de compensação da "parcela A"	25.120	101.933
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	6.815	50.712
Outros créditos	3.957	305
	155.448	**451.085**
Da redução do capital circulante líquido	**762.257**	**-**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.601.122**	**911.934**
APLICAÇÕES		
Na distribuição de dividendos	**117.823**	**-**
No imobilizado	**282.158**	**241.017**
No intangível	**2.316**	**97**
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	25.109	10.706
Impostos e contribuições sociais	8.110	1.982
Depósitos judiciais	15.118	14.802
Conta de compensação da "parcela A"	47.661	13.884
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	-	22.145
Controladora e coligadas	173.944	-
Outros créditos	2.140	936
	272.082	**64.455**
Passivos não circulantes transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	12.793	18.888
Debêntures	567.205	-
Fornecedores	222.041	64.321
Impostos e contribuições sociais	-	14.157
Benefícios pós-emprego	75.503	75.784
Conta de compensação da "parcela A"	44.657	28.767
Contingências judiciais e outras contas a pagar	4.544	693
	926.743	**202.610**
No aumento do capital circulante líquido	**-**	**403.755**
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.601.122**	**911.934**
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial (após ajustes de exercícios anteriores NE nº 20)	1.419.236	1.047.695
Passivo circulante inicial (após ajustes de exercícios anteriores NE nº 20)	1.072.709	1.074.049
Capital circulante líquido inicial	**346.527**	**(26.354)**
Ativo circulante final	1.284.945	1.403.331
Passivo circulante final	1.700.675	1.025.930
Capital circulante líquido final	**(415.730)**	**377.401**
Aumento (redução) do capital circulante líquido	**(762.257)**	**403.755**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**284.679**	**187.003**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.461	21.807
Depreciação e amortização	157.853	152.287
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(40.632)	(22.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.321	(18.504)
Provisões no passivo não circulante	197.944	145.749
Baixas de ativo regulatório - Pis/Pasep e Cofins	25.865	-
Baixas de imobilizado - líquidas	11.329	16.804
Baixas de intangível - líquidas	58	12
	445.199	**295.653**
Variações no ativo circulante		
Consumidores e revendedores	(38.974)	(81.088)
Serviços executados para terceiros	26	163
Serviços em curso	(8.738)	(3.178)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	31.038	29.428
Impostos e contribuições sociais	(65.547)	(20.164)
Conta de compensação da "parcela A"	63.259	170.908
Ativo regulatório - Pis/Pasep e Cofins	33.407	20.712
Cauções e depósitos vinculados	(12.515)	(16.889)
Estoques	(10.962)	(3.209)
Outros créditos	(7.555)	(6.304)
	(16.561)	**90.379**
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	(319.099)	11.240
Impostos e contribuições sociais	(13.354)	(20.150)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	15.349	16.238
Benefícios pós-emprego	(73.160)	(71.585)
Conta de compensação da "parcela A"	177	36.897
Taxas regulamentares	24.459	(22.907)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.015	23.155
Outras contas a pagar	(6.196)	5.703
	(345.809)	**(21.409)**
Aplicações no realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	(25.109)	(10.706)
Impostos e contribuições sociais	(8.110)	(1.982)
Depósitos judiciais	(15.118)	(14.802)
Conta de compensação da "parcela A"	(47.661)	(13.884)
Ativo regulatório - Pis/Pasep e Cofins	-	(22.145)
Controladora e coligadas	(173.944)	-
Pagamentos antecipados e outros créditos	(2.140)	(936)
	(272.082)	**(64.455)**
Aumento do passivo não circulante		
Coligadas e controladora	-	2.556
	-	**2.556**
Total das Atividades Operacionais	**95.426**	**489.727**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(282.158)	(241.017)
Aplicações no intangível	(2.316)	(97)
Participação financeira dos consumidores	43.484	39.675
Total das Atividades de Investimento	**(240.990)**	**(201.439)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	(1.848)	(18.314)
Debêntures	12.904	600
Dividendos	(64.910)	-
Total das Atividades de Financiamento	**(53.854)**	**(17.714)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	**(199.418)**	**270.574**
Saldo inicial de caixa	332.272	61.698
Saldo final de caixa	132.854	332.272
Variação no caixa	**(199.418)**	**270.574**

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NE nº	2006		2005	
Receitas					
Venda de energia, serviços e outras receitas	24	5.655.322		5.505.764	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	(46.461)		(21.807)	
Resultado não operacional	39	(6.201)		(10.494)	
Total		**5.602.660**		**5.473.463**	
(-) Insumos aquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda	27	1.538.928		1.723.028	
Encargos de uso da rede elétrica	28	631.850		655.766	
Material, insumos e serviços de terceiros	31 e 32	226.698		201.156	
Encargos de capacidade emergencial	25	1.011		82.404	
Outros insumos		89.325		38.509	
Total		**2.487.812**		**2.700.863**	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		**3.114.848**		**2.772.600**	
(-) Depreciação e amortização	26	**157.853**		**152.287**	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**2.956.995**		**2.620.313**	
(+) Valor Adicionado Transferido					
Receitas financeiras	38	292.835		239.093	
Total		**292.835**		**239.093**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**3.249.830**		**2.859.406**	

	NE nº	2006	%	2005	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	29	273.994		258.566	
Planos previdenciário e assistencial	30	48.534		26.883	
Auxílio alimentação e educação	29	30.516		25.372	
Encargos sociais - FGTS	29	21.038		19.898	
Indenizações trabalhistas	29	4.378		1.694	
Participação nos lucros e/ou resultados	29	31.904		21.021	
Transferências para imobilizado em curso	29	(23.240)		(27.382)	
Total		**387.124**	**11,9**	**326.052**	**11,4**
Governo					
Federal:		**1.024.552**		**866.515**	
Encargos sociais - INSS	29	71.595		67.755	
Imposto de renda e contribuição social	41	96.944		87.917	
Pasep	25	65.300		54.843	
Cofins	25	300.775		244.864	
Taxas regulamentares	33	173.326		158.908	
Conta de consumo de combustível - CCC	33	277.105		198.835	
RGR	25	13.858		14.853	
CPMF e IOF	38	25.499		22.555	
Outros tributos [1]		150		15.985	
Estadual e Municipal:		**1.360.163**		**1.323.795**	
ICMS	25	1.357.446		1.323.791	
IPVA e outros		1.097		-	
ICMS - outras operações		874		-	
ISSQN, IPTU e outros impostos e taxas		746		4	
Total		**2.384.715**	**73,4**	**2.190.310**	**76,6**
Financiadores					
Juros, multas e variações monetárias		183.158		144.328	
Arrendamentos e aluguéis	37	10.154		11.713	
Total		**193.312**	**5,9**	**156.041**	**5,5**
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	23	117.823		-	
Lucros retidos na empresa		166.856		187.003	
Total		**284.679**	**8,8**	**187.003**	**6,5**
		3.249.830		**2.859.406**	
Valor Adicionado (médio) por empregado		**571**		**551**	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %		**192,4**		**186,6**	
Taxa de geração de riqueza - %		**81,0**		**69,3**	
Taxa de retenção de riqueza - %		**5,1**		**6,5**	

[1] A partir de 2006 a Copel Distribuição optou por registrar os tributos contidos nesta conta por esferas de governo.

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Companhia) explora a distribuição e a comercialização de energia em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, proveniente de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica a 1.111 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

A Copel Distribuição detém concessão para a distribuição de energia elétrica até o ano de 2015.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conjugadas com a legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações contábeis incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: **(i)** Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Ibracon, em 03.10.2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e **(ii)** Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, em 03.10.2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31.12.2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às Deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

a) Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;

b) Apresentação da conta "Intangível", classificada no grupo "Não circulante"; e

c) Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisão para contingências", nas situações onde for aplicável.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares, em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.396/2006, de 28.12.2006, e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007.

As principais reclassificações realizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31.12.2005 estão relacionadas a seguir:

De		Para		Valor
AC	Outros créditos	**AC**	Consumidores e revendedores	157
RLP	Depósitos judiciais	**PNC**	Provisões para contingências (a)	1.647
PC	Outras contas a pagar	**PC**	Pesquisa desenv. e eficiência energética	60.488
DRE	Planos previdenciário e assistencial	**DRE**	Despesas financeiras (b)	37.560
DRE	Outras despesas operacionias	**DRE**	Recuperação de custos e despesas	14.874

AC = Ativo circulante **PC** = Passivo circulante
RLP = Ativo realizável a longo prazo **PNC** = Passivo não circulante
DRE = Demonstração do resultado

a) Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

b) Juros e variações monetárias sobre contrato de financiamento relativos ao Plano Previdenciário III.

3 Principais Práticas Contábeis

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição; aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

5) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social, reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

6) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

7) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

8) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

9) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo que o faturamento e liquidação final estão sujeitos à revisão dos participantes da CCEE.

10) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

11) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

12) Contabilização da participação nos lucros e/ou resultados

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, a Companhia reclassifica, para fins de divulgação, as participações em lucros e/ou resultados não referenciadas nos estatutos como custo ou despesa operacional.

13) Compensação de ativos e passivos fiscais

A Copel Distribuição demonstra em bases líquidas seus ativos e passivos fiscais conforme Deliberação CVM nº 273/1998.

b) Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico

1) Diferimentos de custos do setor

A estrutura de definição das tarifas no Brasil está projetada para fornecer a recuperação dos custos permitidos da Companhia. Dessa forma, e seguindo orientação da Aneel, a Companhia contabiliza as variações de custos permitidos como ativos e passivos regulatórios diferidos, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura equivalente aos custos incorridos será faturada e cobrada como resultado direto da inclusão dos custos em uma tarifa ajustada, definida pela agência reguladora. O ativo e passivo regulatório diferido será realizado quando o poder concedente autorizar sua inclusão na base tarifária da Companhia.

2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel nº 44, de 17.03.1999, apresentadas na NE nº 13.

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do referido manual, as obrigações especiais vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo não circulante, estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

Os encargos financeiros, os juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

4) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de amortização estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel nº 44, de 17.03.1999.

5) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

6) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

7) Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa

Em atendimento ao Ofício Circular Aneel nº 2.396, de 28.12.2006, a Companhia reclassificou, para fins de publicação, os valores relativos ao Proinfa, contabilizados originalmente em outras despesas para energia elétrica comprada para revenda.

4 Disponibilidades

				2006	2005
Caixa e bancos				**44.431**	**72.423**
Aplicações financeiras	**Tipo de Aplicação**	**Vencimento**	**Remuneração**		
Banco do Brasil	CDB	27/08/07	100,00% CDI	-	1.701
Banco do Brasil	CDB	27/08/07	100,00% CDI	-	19.416
Banco do Brasil	CDB	29/08/07	100,00% CDI	-	12.563
Banco do Brasil	CDB	14/09/07	100,00% CDI	-	11.406
Banco do Brasil	CDB	19/09/07	100,00% CDI	-	7.562
Banco do Brasil	CDB	19/09/07	100,00% CDI	-	9.866
Banco do Brasil	CDB	20/09/07	100,00% CDI	-	9.126
Banco do Brasil	CDB	21/09/07	100,00% CDI	-	11.530
Banco do Brasil	CDB	26/09/07	100,00% CDI	-	14.120
Banco do Brasil	CDB	21/12/07	100,00% CDI	-	2.813
Banco do Brasil	CDB	03/12/10	100,00% CDI	-	8.705
Caixa Econômica Federal	CDB	18/01/06	99,50% CDI	-	12.010
Caixa Econômica Federal	CDB	28/09/07	99,00% CDI	-	5.218
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	29/10/07	99,6% Selic	-	30.880
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	19/11/07	99,6% Selic	-	8.159
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	14/12/07	99,6% Selic	-	20.348
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	18/12/07	99,6% Selic	-	15.241
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	03/01/08	99,6% Selic	-	32.251
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	09/01/08	99,6% Selic	-	5.026
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	10/01/08	99,6% Selic	-	7.031
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	15/01/08	99,6% Selic	-	14.877
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/04/08	99,6% Selic	7.993	-
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14/08/08	99,50% CDI	30.965	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	18/11/08	99,5% Selic	5.500	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	08/12/08	99,5% Selic	7.027	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15/12/08	99,5% Selic	15.160	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	5.574	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	9.119	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	7.085	-
				88.423	**259.849**
				132.854	**332.272**

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa (títulos públicos federais), com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 Consumidores e Revendedores

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	2006	Total 2005
Consumidores					
Residencial	81.791	69.971	3.078	154.840	155.429
Industrial	70.352	22.848	41.770	134.970	126.513
Comercial	58.206	25.226	5.605	89.037	79.190
Rural	11.079	5.757	396	17.232	16.744
Poder público	14.160	15.530	20.968	50.658	54.400
Iluminação pública	11.565	1.005	461	13.031	14.854
Serviço público	11.014	732	230	11.976	11.356
Não faturados	134.785	-	-	134.785	135.157
Parcelamento de débitos vencidos	52.253	7.954	9.302	69.509	64.659
Parcelamento de débitos vencidos - NC	79.456	-	-	79.456	73.091
Tarifa social baixa renda (a)	30.434	-	-	30.434	12.783
Encargos moratórios s/ faturas de energia	608	5.086	4.665	10.359	12.203
Governo do Paraná - luz fraterna	2.345	7.822	47.412	57.579	27.352
Aluguel de equip. e estruturas	607	277	349	1.233	31.280
Red. tarifa uso sist. distribuição (b)	1.306	-	-	1.306	-
Red. tarifa uso sist. distribuição - NC (b)	1.306	-	-	1.306	-
Red. tarifa irrigação e aqüicultura (c)	179	-	-	179	-
Red. tarifa irrigação e aqüicultura - NC (c)	179	-	-	179	-
Outros créditos	20.124	1.942	3.013	25.079	23.350
Outros créditos - NC	107	-	-	107	3
	581.856	**164.150**	**137.249**	**883.255**	**838.364**
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 40)	3.437	-	-	3.437	3.516
Contratos bilaterais	887	-	-	887	1.184
Contratos com pequenas concessionárias	4.591	-	-	4.591	4.429
Suprimento curto prazo	-	-	25	25	25
	8.915	**-**	**25**	**8.940**	**9.154**
Sistema de transmissão					
Rede elétrica	14.311	92	4.447	18.850	25.149
	14.311	**92**	**4.447**	**18.850**	**25.149**
	605.082	**164.242**	**141.721**	**911.045**	**872.667**
2006 Circulante	**524.034**	**164.242**	**141.721**	**829.997**	
Não Circulante - NC	**81.048**	**-**	**-**	**81.048**	
2005 Circulante	**488.204**	**170.474**	**140.895**		**799.573**
Não Circulante - NC	**73.094**	**-**	**-**		**73.094**

a) Tarifa social baixa renda

O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, estabeleceu a isenção do rateio dos custos de capacidade de geração ou de potência para os consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda. Esse benefício tarifário ocasionou significativo impacto na receita operacional da Companhia.

As Resoluções Aneel nºs 246, de 30.04.2002, e 485, de 29.08.2002, estabeleceram as condições para o enquadramento de consumidores na subclasse residencial baixa renda: a primeira para consumidores com consumo mensal inferior a 80 kWh, e a segunda para os de consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

O Decreto Presidencial nº 4.336, de 15.08.2002, autorizou a Eletrobrás a utilizar recursos da Reserva Global de Reversão - RGR para financiamento às concessionárias, como compensação pela redução de receita, ocorrida pela aplicação da tarifa social aos consumidores de baixa renda.

Através da Resolução nº 491, de 30.08.2002, a Aneel divulgou os procedimentos, condições e prazos para homologação dos valores que serviram de base para a contratação dos financiamentos junto à Eletrobrás.

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos da Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da RGR.

A Resolução nº 41, de 31.01.2003, estabeleceu a metodologia para cálculo da diferença de receita das concessionárias. Esta Resolução foi seguida pela Resolução nº 116, de 19.03.2003, que definiu os procedimentos para solicitação e homologação dos recursos da subvenção econômica.

Finalmente, em 25.10.2004, a Aneel divulgou a Resolução Normativa nº 89, estabelecendo nova metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para compensar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda.

Em dezembro de 2006, 784.477 consumidores foram beneficiados pela tarifa social, representando 29,7% do total de 2.637.502 consumidores residenciais.

b) Redução da tarifa de uso dos sistemas de distribuição

A Resolução Normativa n° 77, de 18.08.2004, em seu artigo 7°, configura o direito da concessionária de distribuição de compensar o valor correspondente à redução percentual da tarifa de uso dos sistemas de distribuição - Tusd, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração. A referida redução é concedida para os geradores incentivados e para os consumidores especiais, quando atendidos por tais geradores.

No período de junho a dezembro de 2006, o desconto concedido foi de R$ 2.612. Este desconto, adicionado ao desconto que ainda será concedido no período de janeiro a maio de 2007, serão repassados às tarifas finais no reajuste tarifário de 2007.

c) Redução da tarifa de irrigação e aqüicultura

A Resolução n° 540, de 01.10.2002, regulamentou o artigo 25 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes, pelo consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

A Resolução Normativa n° 207, de 09.01.2006, que estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aqüicultura, dispôs, no artigo 6°, que o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

Em 31.12.2006, o desconto concedido totaliza R$ 358, o qual, adicionado ao desconto que será concedido no período de janeiro a maio de 2007, será repassado às tarifas finais no reajuste tarifário de 2007.

6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas contidas no Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica. Após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado	Adições / (reversões)	Baixas	
	2005			2006
Consumidores e revendedores				
Residencial	15.254	13.945	(14.116)	15.083
Industrial	11.905	29.612	(2.783)	38.734
Comercial	28.284	(17.151)	(4.533)	6.600
Rural	25	492	(517)	-
Poder público	22.214	19.355	(3.847)	37.722
Iluminação pública	135	(18)	-	117
Serviço público	31	(13)	(11)	7
	77.848	**46.222**	**(25.807)**	**98.263**

7 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

A mutação no exercício de 2006 da conta Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná é a seguinte:

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2004	**29.459**	**1.167.945**	**1.197.404**
Encargos	76.443	-	76.443
Variação monetária	31	14.291	14.322
Transferências	31.772	(31.772)	-
Amortizações	(105.902)	-	(105.902)
Em 31 de dezembro de 2005	**31.803**	**1.150.464**	**1.182.267**
Encargos - NE nº 38	75.397	-	75.397
Variação monetária - NE nº 38	765	42.874	43.639
Transferências	34.440	(34.440)	-
Amortizações	(107.200)	-	(107.200)
Em 31 de dezembro de 2006	**35.205**	**1.158.898**	**1.194.103**

8 Impostos e Contribuições Sociais

	2006	2005
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL a compensar (a)	101.718	48.605
IRPJ/CSLL diferidos (b)	77.102	18.954
ICMS a recuperar	7.859	10.142
Refis	-	20.088
	186.679	**97.789**
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (b)	178.772	235.556
ICMS a recuperar	22.892	22.220
ICMS liminar para depósito judicial	11.501	10.531
PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	67	11
	213.232	**268.318**
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (b)	33.671	47.901
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	229	216
IRRF sobre juros sobre capital próprio	9.338	-
ICMS a recolher	113.342	127.109
PIS/Pasep e Cofins a recolher	26.582	21.582
Outros tributos	965	673
	184.127	**197.481**
Passivo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (b)	3.558	14.021
ICMS liminar para depósito judicial	11.501	10.531
PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	67	10
	15.126	**24.562**

a) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se, principalmente, a valores retidos na fonte, e a recolhimentos sob o regime de estimativa durante o período.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, sendo a contribuição social calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida, e a provisão para convênio assistencial, na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2006	2005
Ativo circulante		
Déficit previdenciário - plano III	3.486	3.289
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	2.662	2.971
CVA passiva	33.832	-
Adições temporárias	37.122	12.694
	77.102	**18.954**
Ativo não circulante		
Déficit previdenciário - plano III	55.899	59.385
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	34.511	36.199
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.248	56.333
Adições temporárias:		
Provisões para contingências (trabalhistas, tributárias e judiciais)	28.479	30.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.395	42.879
Provisão pesq. e desenv. e eficiência energética	6.240	7.873
Outros	-	2.277
	178.772	**235.556**
Passivo circulante		
CVA ativa	27.281	37.696
Energia excedente	505	-
Exclusões temporárias	5.885	10.205
	33.671	**47.901**
Passivo não circulante		
CVA ativa	3.053	2.910
Energia excedente	505	-
Ativo regulatório Pasep/Cofins	-	11.111
	3.558	**14.021**
	218.645	**192.588**

Em cumprimento à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia aprovaram o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com os Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativas de lucro tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2006	112.788	(57.824)	-
2007	-	-	14.160
2008	-	-	9.695
2009	-	-	7.380
2010	-	-	7.961
2011	-	-	8.591
Após 2011	-	-	170.858
	112.788	**(57.824)**	**218.645**

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2007, que ocorrerá em abril de 2008.

9 Conta de Compensação da "Parcela A"

Através da Resolução Homologatória nº 345/2006, a Aneel autorizou a Copel Distribuição aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2006, reajuste médio de 5,12%. Deste percentual, 4,91% refere-se ao índice de reajuste tarifário e 0,21% aos ajustes financeiros externos. A CVA faz parte deste último grupo, representando total de R$ 21.978, o que corresponde a 0,58% do reajuste concedido, sendo formada por 3 parcelas: a CVA relativa ao ano tarifário 2005-2006 no valor de (R$ 7.557), o saldo a compensar da CVA do exercício anterior de (R$ 4.317), e o saldo da CVA diferida referente a períodos anteriores de R$ 33.852.

Em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396/2006-SFF/Aneel, de 28.12.2006, a Companhia reclassificou para as contas representativas da CVA, referente a custos com aquisição de energia elétrica, os valores decorrentes da recuperação dos 3% excedentes sobre a contratação de energia elétrica. O Decreto n° 5.163, de 30.07.2004, em seu artigo 38, determina que, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a Aneel deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

A definição dos critérios para o repasse desse custo de sobrecontratação de energia é objeto da Audiência Pública 002/2006, instituída em 22.02.2006 e ainda em andamento. Por esse motivo, a Aneel homologou no reajuste tarifário de 2006, de forma provisória, conforme procedimento consignado na Nota Técnica n° 46/2006-SRE/Aneel, o montante de R$ 16.122, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005, conforme item 52 da Nota Técnica n° 345/2006-SRE/Aneel, restando um saldo a amortizar, em 31.12.2006, de R$ 8.061.

Para o período de janeiro a dezembro de 2006, considerando a mesma metodologia da Nota Técnica n° 46 / 2006-SRE/Aneel, e os dados de contabilização da CCEE, os valores do custo da sobrecontratação e do alívio de exposição são respectivamente (R$ 3.737) e (R$ 10.702), os quais serão repassados para os consumidores finais no reajuste tarifário de 2007. Ao contrário do ano anterior, o valor apurado neste ano é negativo, tendo em vista os valores dos preços de curto prazo (PLD) em cada submercado.

A composição dos saldos da Conta de Compensação "Parcela A" – CVA é a seguinte:

Consolidado		Ativo circulante		Ativo não circulante
	2006	2005	2006	2005
CVA recuperável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	18.162	22.712	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	2.195	2.317	-	910
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	10.699	69.439	-	854
CDE	11.549	14.908	-	1.617
ESS	3.741	9.845	-	598
CCC	17.481	8.966	-	4.580
Proinfa	5.886	-	-	-
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	8.061	-	-	-
	77.774	**128.187**	**-**	**8.559**
CVA recuperável reajuste tarifário 2007				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	5.133	-	5.133	-
CDE	2.199	-	2.199	-
ESS	3.350	-	3.350	-
Proinfa	1.592	-	1.591	-
	12.274	**-**	**12.273**	**-**
	90.048	**128.187**	**12.273**	**8.559**

Consolidado		Passivo circulante		Passivo não circulante
	2006	2005	2006	2005
CVA compensável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	58.445	23.434	-	-
Itaipu	-	17.318	-	-
	58.445	**40.752**	**-**	**-**
CVA compensável reajuste tarifário 2007				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	37.877	12.751	37.877	12.751
Itaipu	-	12.161	-	12.161
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	4.577	-	4.577	-
CCC	9.197	-	9.197	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	402	-	402	-
	52.053	**24.912**	**52.053**	**24.912**
	110.498	**65.664**	**52.053**	**24.912**

A movimentação dos saldos de diferimento de custos tarifários atualizados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic apresenta-se como se segue:

	Saldo 2005	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo 2006
Ativo						
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	22.712	42.360	(48.582)	11.938	-	28.428
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.227	2.361	(4.184)	791	-	2.195
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	70.293	13.072	(88.264)	9.777	5.821	10.699
CDE	16.525	23.016	(28.984)	5.390	-	15.947
ESS	10.443	12.717	(16.479)	3.760	-	10.441
CCC	13.546	25.007	(24.499)	3.427	-	17.481
Proinfa	-	14.406	(6.357)	1.020	-	9.069
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	8.061	-	-	-	8.061
	136.746	**141.000**	**(217.349)**	**36.103**	**5.821**	**102.321**
Circulante	**128.187**	**-**	**-**	**-**	**-**	**90.048**
Não Circulante - NC	**8.559**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.273**
Passivo						
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	48.936	147.894	(88.468)	25.837	-	134.199
Itaipu	41.640	(22.530)	(18.991)	(119)	-	-
CCC	-	17.866	-	528	-	18.394
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	-	2.321	-	1.012	5.821	9.154
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	805	-	(1)	-	804
	90.576	**146.356**	**(107.459)**	**27.257**	**5.821**	**162.551**
Circulante	**65.664**	**-**	**-**	**-**	**-**	**110.498**
Não Circulante - NC	**24.912**	**-**	**-**	**-**	**-**	**52.053**

10 Ativo Regulatório – PIS/Pasep e Cofins

Pela publicação das Leis Federais nºs 10.637, de 30.12.2002, e 10.833, de 29.12.2003, foram majoradas as alíquotas e alteradas as bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. Em razão dessas alterações, ocorreu crescimento nas despesas com PIS/Pasep a partir de dezembro de 2002 a junho de 2005, e nas despesas com a Cofins a partir de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A Aneel, através do Ofício Circular nº 302/2005-SFF/Aneel, reconhece o direito da Companhia a ser ressarcida dos custos adicionais com PIS/Pasep e Cofins, autorizando as concessionárias a apurar o valor do impacto, produzido em função da mudança de critérios de apuração do PIS/Pasep e Cofins, e reconhecê-lo contabilmente como ativo ou passivo, conforme a natureza do impacto, positivo ou negativo, respectivamente. Fundamentada em tal dispositivo, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela Agência Reguladora, ativo regulatório no valor de R$ 80.104, reduzindo, em contrapartida, a despesa com PIS/Pasep e Cofins. Com base na Resolução Homologatória nº 345, de 20.06.2006, foi revertido o valor de R$ 25.865, restando um saldo reconhecido pela Aneel de R$ 54.239, sendo que, até 31.12.2006, já havia sido realizado o valor de R$ 50.831.

Através da Resolução Homologatória nº 130, de 20.06.2005, a Copel Distribuição ficou autorizada a incluir no valor total da fatura a ser paga pelo consumidor, a partir de 24.06.2005, as despesas do PIS/Pasep e Cofins efetivamente incorridas, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

11 Cauções e Depósitos Vinculados

	2006	2005
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	33.714	21.199
	33.714	**21.199**
Ativo não circulante		
Caução do contrato da STN (NE nº 15)	19.490	21.397
	19.490	**21.397**

Os demais depósitos atendem às exigências da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

12 Outros Créditos

	2006	2005
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores	870	1.398
Pagamentos antecipados	3.940	1.432
Adiantamento a empregados	4.664	4.420
Salários de empregados cedidos a recuperar	650	711
Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças	2.096	2.111
Desativações em curso	1.873	2.848
Adiantamento para depósitos judiciais	825	28
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(808)	(565)
Diferenças de alíquotas PIS/Pasep e Cofins - Copel Geração	7.615	-
Outros créditos a receber	4.878	2.951
	26.603	**15.334**
Ativo não circulante		
Empréstimos compulsórios	5.483	7.830
Pagamentos antecipados	-	936
Bens e direitos destinados à alienação	63	62
Outros créditos a receber	-	244
	5.546	**9.072**

13 Imobilizado

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2006	Líquido 2005
Em serviço				
Terrenos	16.740	-	16.740	16.548
Edificações	84.416	32.619	51.797	50.141
Máquinas e equipamentos	3.247.893	1.626.781	1.621.112	1.576.909
Veículos	55.787	40.324	15.463	14.128
Móveis e utensílios	6.536	3.588	2.948	3.075
	3.411.372	**1.703.312**	**1.708.060**	**1.660.801**
Em curso				
Terrenos	238	-	238	57
Edificações	1.550	-	1.550	4.474
Máquinas e equipamentos	167.707	-	167.707	96.825
Veículos	5.822	-	5.822	-
Móveis e utensílios	104	-	104	162
Estudos e projetos	10.014	-	10.014	9.975
Material em depósito	62.354	-	62.354	62.430
Compras em andamento	-	-	-	848
Depósitos judiciais	3.231	-	3.231	2.788
	251.020	**-**	**251.020**	**177.559**
Obrigações vinculadas à concessão	**(801.467)**	**-**	**(801.467)**	**(757.983)**
			1.157.613	**1.080.377**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

a) Obrigações especiais

A Aneel publicou a Resolução Normativa n° 234/2006, de 31.10.2006, a qual estabelece conceitos gerais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das distribuidoras de energia elétrica. Essa Resolução visa aprimorar o processo de revisão tarifária. Estes procedimentos terão efeito no segundo ciclo de revisão tarifária, cujo processo na Copel Distribuição será em junho de 2008. A alteração mais expressiva é a aplicação da quota de reintegração sobre valores registrados nas contas do grupo de obrigações especiais, de modo que o valor dessas quotas será eliminado no cálculo da receita requerida da distribuidora, utilizando-se as mesmas taxas aplicadas ao ativo imobilizado em serviço. As obrigações especiais são recursos relativos à participação financeira do consumidor, dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais, valores aplicados em programas de eficiência energética, imobilizações constituídas com recursos do programa de pesquisa e desenvolvimento e de créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão, cujo saldos compõem a base de remuneração, para fins de revisão tarifária, como redutoras do ativo imobilizado em serviço. Terá possível efeito sobre os demonstrativos financeiros das distribuidoras a partir do exercício de 2007, devido à alteração na composição tarifária.

b) Planos de universalização de energia elétrica

A Aneel, através da Resolução n° 223, de 29.04.2003, alterada pelas Resoluções n°s 52, de 25.03.2004, e 175, de 28.11.2005, estabeleceu condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei n° 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, posteriormente alterada pelas Leis n°s 10.762, de 11.11.2003, e 10.848, de 15.03.2004. Dentre as alterações, destaca-se a mudança de prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos de menor índice de eletrificação, limitando esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kv), com carga instalada de até 50 KW.

O Programa Luz para Todos, instituído pelo Governo Federal através do Decreto Presidencial n° 4.783, de 11.11.2003, tem como objetivo antecipar a meta de completar 100% de eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado Paraná e a Copel Distribuição.

Além disso, o programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e em inclusão social da população beneficiada.

A meta preliminarmente fixada para a Companhia foi de 36.000 propriedades atendidas até o final do programa, previsto para 2006. Embora tivesse início previsto para janeiro, o programa somente entrou em vigor em junho de 2004, em virtude do atraso de seis meses para assinatura do contrato. O Ministério de Minas e Energia levou em consideração, para efeito de cumprimento de meta, as 6.000 ligações que a Companhia realizou de janeiro a junho de 2004.

Para a operacionalização das 30.000 ligações restantes, a composição dos investimentos previstos para o programa foi a seguinte:

Origem	R$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	44.820	30%
Governo do Estado do Paraná	14.940	10%
Financiamento RGR	59.760	40%
Agente executor - Copel	29.880	20%
Total do programa	**149.400**	**100%**

Foram atendidas aproximadamente 28.000 novas propriedades rurais desde junho de 2004, cujo investimento realizado importou em R$ 137.711, estando o restante da meta a ser cumprida em 2007.

Além da meta remanescente de 2006, foi solicitada, ao Ministério de Minas e Energia, celebração de Termo Aditivo ao contrato ora em vigor. Esse termo aditivo contempla o atendimento a mais de 12.000 propriedades rurais, sendo que os investimentos previstos para essas novas ligações chegam a R$ 70.800.

c) Levantamento físico dos bens do imobilizado

A Companhia realiza regularmente inventários físicos de seus ativos, distribuídos dentro de sua área de concessão.

d) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 44/1999, a Portaria nº 96/1995, do Ministério das Comunicações, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP, são:

	%
Distribuição	
Condutor e estrutura do sistema e transformador	5,00
Banco de capacitores e chave de distribuição	6,70
Regulador de tensão	4,80
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00

A Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006, determina que as concessionárias do serviço público de energia elétrica procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2007.

e) Mutação do imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	
Em 31 de dezembro de 2004	**1.556.091**	**233.353**	**(718.308)**	**1.071.136**
Programa de investimentos	-	241.017	-	241.017
Imobilizações de obras	270.699	(270.699)	-	-
Quotas de depreciação	(149.169)	-	-	(149.169)
Baixas	(16.819)	-	-	(16.819)
Transferências do intangível em curso	-	2.625	-	2.625
Participação financeira dos consumidores	-	-	(39.675)	(39.675)
Reversão de provisões para contingências	-	(28.738)	-	(28.738)
Em 31 de dezembro de 2005	**1.660.802**	**177.558**	**(757.983)**	**1.080.377**
Programa de investimentos	-	282.158	-	282.158
Imobilizações de obras	213.966	(213.966)	-	-
Quotas de depreciação	(155.379)	-	-	(155.379)
Baixas	(11.329)	-	-	(11.329)
Transferências do intangível em curso	-	4.826	-	4.826
Participação financeira dos consumidores	-	-	(43.484)	(43.484)
Complemento de provisões para contingências	-	444	-	444
Em 31 de dezembro de 2006	**1.708.060**	**251.020**	**(801.467)**	**1.157.613**

14 Intangível

	Direito de uso de softwares	Amortização acumulada [1]	Faixa de servidões	Outros	Líquido 2006	Líquido 2005
Em serviço	**24.650**	**(20.287)**	**2.538**	**123**	**7.024**	**9.662**
Em curso	**6.065**	**-**	**329**	**-**	**6.394**	**8.798**
					13.418	**18.460**

[1] Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível:

Saldos	em serviço	Intangível em curso	
Em 31 de dezembro de 2004	**12.190**	**11.928**	**24.118**
Programa de investimentos	-	97	97
Capitalizações	602	(602)	-
Quotas de amortização	(3.118)	-	(3.118)
Baixas	(12)	-	(12)
Transferências para o ativo imobilizado em curso	-	(2.625)	(2.625)
Em 31 de dezembro de 2005	**9.662**	**8.798**	**18.460**
Programa de investimentos	-	2.316	2.316
Capitalizações	(106)	106	-
Quotas de amortização	(2.474)	-	(2.474)
Baixas	(58)	-	(58)
Transferências para o ativo imobilizado em curso	-	(4.826)	(4.826)
Em 31 de dezembro de 2006	**7.024**	**6.394**	**13.418**

15 Empréstimos e Financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Principal	Passivo circulante Encargos	Passivo não circulante Principal	Total 2006	Total 2005
Moeda estrangeira					
Secretaria Tesouro Nacional (a)	6.152	1.112	73.422	80.686	96.010
Eletrobrás (b)	6	-	46	52	66
	6.158	**1.112**	**73.468**	**80.738**	**96.076**
Moeda nacional					
Eletrobrás (b)	7.240	166	24.269	31.675	25.618
Banestado (c)	-	-	-	-	70
Banco do Brasil S.A. (d)	121	5	920	1.046	1.121
	7.361	**171**	**25.189**	**32.721**	**26.809**
	13.519	**1.283**	**98.657**	**113.459**	**122.885**

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R$) / Indexador	2006	%	2005	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	80.738	71,16	96.076	78,18
	80.738	**71,16**	**96.076**	**78,18**
Moeda nacional				
TR	-	-	70	0,06
URTJLP	65	0,06	63	0,05
IGP-M	981	0,86	1.057	0,86
Ufir	31.675	27,92	25.619	20,85
	32.721	**28,84**	**26.809**	**21,82**
	113.459	**100,00**	**122.885**	**100,00**

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%) 2006	Variação (%) 2005
Dólar norte-americano	(8,66)	(11,82)
URTJLP	1,79	3,75
IGP-M	3,83	1,21

Vencimentos das parcelas de longo prazo (não circulante):

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2006	2005
2007	-	-	-	12.849
2008	6.159	1.858	8.017	7.750
2009	5.485	2.708	8.193	7.012
2010	4.810	2.716	7.526	6.274
2011	4.810	2.708	7.518	6.274
2012	3.541	2.708	6.249	4.885
2013	2.273	2.708	4.981	3.495
2014	1.140	2.598	3.738	2.151
2015	-	2.561	2.561	867
2016	-	2.080	2.080	561
2017	-	1.408	1.408	130
2018	-	941	941	49.843
2019	-	115	115	-
após 2019	45.250	80	45.330	-
	73.468	**25.189**	**98.657**	**102.091**

Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira Circulante	Moeda estrangeira Não circulante	Moeda nacional Circulante	Moeda nacional Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2004	**11.062**	**107.634**	**11.313**	**23.662**	**153.671**
Ingressos	-	-	-	2.155	2.155
Encargos	5.943	-	1.997	-	7.940
Variação monetária e cambial	(1.257)	(12.488)	8	16	(13.721)
Transferências	7.970	(7.970)	10.918	(10.918)	-
Amortizações	(14.818)	-	(12.342)	-	(27.160)
Em 31 de dezembro de 2005	**8.900**	**87.176**	**11.894**	**14.915**	**122.885**
Ingressos	-	-	-	16.937	16.937
Encargos	5.657	-	2.087	-	7.744
Variação monetária e cambial	(704)	(7.613)	4	35	(8.278)
Transferências	6.095	(6.095)	6.698	(6.698)	-
Amortizações	(12.678)	-	(13.151)	-	(25.829)
Em 31 de dezembro de 2006	**7.270**	**73.468**	**7.532**	**25.189**	**113.459**

a) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Demonstramos a seguir a reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2006	2005
Par Bond	30	15.04.2024	30	26.999	29.559
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	17.283	21.444
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	14.144	18.231
Discount Bond	30	15.04.2024	30	18.845	20.553
El Bond - Bônus de Juros	12	15.04.2006	3	-	1.006
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	1.695	2.589
Flirb	15	15.04.2009	9	1.720	2.628
				80.686	**96.010**

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
El Bond - Bônus de Juros	Libor semestral + 0,8125	semestral
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond e Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R$ 8.039 e R$ 11.451 (R$ 8.821 e R$ 12.576, em 31.12.2005), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 11).

b) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros, de 5,5% a 6,5% a.a., e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Unidade Fiscal de Referência – Ufir. A Copel Distribuição recebeu, para aplicação no Programa Luz para Todos, a primeira parcela, no valor de R$ 12.744, referente ao contrato ECFS-142/2006, assinado em 11.05.2006, no valor total de R$ 42.480. Os recursos são provenientes da RGR, possuindo carência de 24 meses, amortizáveis em 120 parcelas mensais, com vencimento final em 30.09.2020. A garantia é representada pela receita própria.

c) Banco Banestado S.A.

Contrato do Fundo de Desenvolvimento Urbano assinado em 23.07.1998, amortizável em 96 parcelas mensais pelo sistema *price*, com carência de 12 meses, atualização mensal com base na Taxa de Referência - TR e taxa de juros de 8,5% a.a., com garantia representada pela receita própria. Este contrato foi liquidado em 20.07.2006.

d) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, e taxa de juros de 5,098% a.a.

16 Debêntures

A composição de debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante		Passivo não circulante	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2006	2005
Debêntures	580.634	56.695	-	637.329	620.122

A mutação das debêntures é a seguinte:

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2004	**156.620**	**457.407**	**614.027**
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	81.011	5.495	86.506
Amortizações	(180.411)	-	(180.411)
Em 31 de dezembro de 2005	**57.220**	**562.902**	**620.122**
Encargos	79.196	-	79.196
Variação monetária	13.428	4.303	17.731
Transferências	567.205	(567.205)	-
Amortizações	(79.720)	-	(79.720)
Em 31 de dezembro de 2006	**637.329**	**-**	**637.329**

Emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2002, com subscrição integral no valor total de R$ 500.000, dividida em três séries (R$ 100.000, R$ 100.000 e R$ 300.000, respectivamente), com prazo de vigência de cinco anos, vencíveis em 1º.03.2007. A primeira série foi readquirida em 27.02.2004 e a segunda série foi repactuada em março de 2005, com remuneração da taxa DI (calculada e divulgada pela Cetip), capitalizada de *spread* de 1,50% a.a., com vencimento para 1º.03.2007.

Na emissão, a remuneração da primeira e segunda séries foi equivalente à variação da taxa DI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias, capitalizada de *spread* de 1,75% a.a. São pagas semestralmente no primeiro dia útil dos meses de março e setembro. A terceira série tem seu valor nominal unitário remunerado a partir da data de emissão, 1º.03.2002, pela variação do IGPM, pelo número de dias úteis, mais juros de 13,25% a.a. Os juros são pagos anualmente no primeiro dia útil de março, com atualização pela variação do IGPM, em parcela única, juntamente com o principal.

17 Fornecedores

	2006	2005
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	30.243	32.901
Transporte de energia	2.728	3.102
Uso da conexão	26.182	37.631
	59.153	**73.634**
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	71.874	77.921
Copel Geração	7.007	43.115
Copel Geração - NC	-	109.451
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	12.353	6.409
Cia. de Interconexão Energética - Cien	63.000	63.000
Cia. de Interconexão Energética - Cien - NC	62.863	175.452
Foz do Chopim Energética Ltda.	-	69.244
Furnas Centrais Elétricas S.A.	28.730	18.348
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	16.721	-
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	9.588	-
Itiquira Energética S.A.	7.386	7.037
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	2.829	2.426
Outros concessionários	24.077	33.329
	306.428	**605.732**
Materiais e serviços		
Outros fornecedores	32.519	37.832
	32.519	**37.832**
	398.100	**717.198**
Circulante	**335.237**	**432.295**
Não Circulante - NC	**62.863**	**284.903**

18 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2006	2005
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados de 2006 (NE nº 29.a)	31.904	21.021
Folha de pagamento, líquida	197	110
Impostos e contribuições sociais	10.339	9.667
	42.440	**30.798**
Provisões trabalhistas		
Férias	30.358	27.480
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	9.764	8.935
	40.122	**36.415**
	82.562	**67.213**

19 Taxas Regulamentares

	2006	2005
Conta de consumo de combustível - CCC	33.034	984
Conta de desenvolvimento energético - CDE	13.258	10.934
Reserva global de reversão - RGR	1.473	1.547
Taxa de fiscalização - Aneel	734	625
Encargos de capacidade emergencial	71	10.021
	48.570	**24.111**

20 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2006	2005
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	70.486	24.071
Programa de eficiência energética - PEE	62.796	36.417
	133.282	**60.488**

A Resolução Normativa Aneel nº 176, de 28.11.2005, estabeleceu critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética – PEE pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o regulamento estabelecido por aquela Agência Reguladora. Na mesma Resolução, foi aprovado o Manual do Programa de Eficiência Energética.

Esse Manual define regras para a contabilização dos custos do PEE, estabelecendo como competência, para efeito do registro contábil do passivo e resultado, o mesmo mês de faturamento da receita cobrada dos consumidores de energia. O manual também prevê que, sobre o saldo do passivo, incidirão juros a partir do mês subseqüente ao faturamento, até o mês da efetiva aplicação dos recursos, calculados com base na taxa Selic.

A Resolução Normativa Aneel nº 219, de 11.04.2006, aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, bem como a forma de cálculo da Receita Operacional Líquida – ROL para 2006. Em outubro de 2006, através da Resolução Normativa Aneel nº 233, de 24.10.2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos a serem destinados aos projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

Diante do exposto, os saldos em provisões de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética são compostos da seguinte forma:

	Saldo em 2006	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar em projetos
Pesquisa e desenvolvimento - P&D				
FNDCT	13.569	-	13.569	-
MME	17.953	-	17.953	-
P&D	38.964	6.296	-	32.668
	70.486	**6.296**	**31.522**	**32.668**
Programa de eficiência energética - PEE	**62.796**	**3.929**	**-**	**58.867**
	133.282	**10.225**	**31.522**	**91.535**

Os valores provisionados em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, referem-se a recursos a serem aplicados em projetos, nos quais existem valores já em andamento e valores a serem aplicados, que dependem de homologação da Aneel.

Com relação aos valores a serem recolhidos ao Ministério de Minas e Energia – MME, a Aneel, através da Resolução Normativa nº 233, de 24.10.2006, regulamentou a forma de pagamento em quota única, com vencimento para 1º.03.2007, referente aos exercícios de 2003 a 2005, e para os exercícios seguintes os pagamentos serão efetuados em duodécimos.

Os valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT referem-se às parcelas restantes do exercício de 2005 e a todo o exercício de 2006, a ser pago em duodécimos a partir de abril de 2007.

Em 2006, a fim de atender ao estabelecido pela Aneel, a Companhia revisou os cálculos dos montantes de recursos a serem aplicados para os programas de eficiência energética e para os programas de pesquisa e desenvolvimento, relativos aos exercícios de 2001 a 2005, complementando o ajuste de exercícios anteriores registrados em dezembro de 2006, conforme demonstrado a seguir:

	PEE	P&D	Total	
Ajustes em lucros acumulados			2006	2005
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (passivo circulante)	18.877	27.902	46.779	24.640
Impostos diferidos (ativo circulante)	(6.418)	(9.487)	(15.905)	12.694
	12.459	**18.415**	**30.874**	**37.334**

21 Outras Contas a Pagar

	2006	2005
Passivo circulante		
Taxa de iluminação pública arrecadada	16.796	14.951
Entidades seguradoras - prêmios a pagar	410	345
Devolução - antecipação universalização obras	1.598	1.586
Consumidores - outros	1.491	1.485
Adiantamentos recebidos de clientes	1.470	1.102
Cauções em garantia	286	236
Devolução de faturas	419	428
Empréstimos compulsório Eletrobrás	132	3.225
Outras obrigações	1.610	2.506
	24.212	**25.864**

22 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais, são os seguintes:

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão Líquida	
			2006	2005
Trabalhistas (a)	**62.152**	**(7.220)**	**54.932**	**52.820**
Cíveis:				
Fornecedores	49.074	-	49.074	-
Servidões de passagem (c)	1.495	-	1.495	1.274
Cíveis e direito administrativo (d)	11.893	(374)	11.519	18.955
Consumidores (e)	11.065	(32)	11.033	18.558
Desapropriações (c)	598	-	598	374
Ambientais (f)	156	-	156	-
	74.281	**(406)**	**73.875**	**39.161**
Fiscais:				
Tributárias (g)	4.510	-	4.510	4.540
	4.510	**-**	**4.510**	**4.540**
	140.943	**(7.626)**	**133.317**	**96.521**

A mutação das provisões é a seguinte:

	Saldo Provisão 2005	Constituições	Baixas / reversões	Quitações	Saldo Provisão 2006
Trabalhistas	**52.820**	**12.269**	**-**	**(2.936)**	**62.153**
Cíveis:					
Fornecedores	-	49.075	-	-	49.075
Servidões de passagem	1.274	288	(67)	-	1.495
Cíveis e direito administrativo	18.955	3.278	(8.869)	(1.471)	11.893
Consumidores	20.205	-	(9.003)	(137)	11.065
Desapropriações	374	223	-	-	597
Ambientais	-	156	-	-	156
	40.808	**53.020**	**(17.939)**	**(1.608)**	**74.281**
Fiscais:					
Tributárias	4.540	-	(31)	-	4.509
	4.540	**-**	**(31)**	**-**	**4.509**
	98.168	**65.289**	**(17.970)**	**(4.544)**	**140.943**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, o montante de causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.12.2006, totalizou R$ 840.607 distribuídas em ações de natureza: trabalhistas R$ 33.230, regulatórias R$ 711.000, cíveis R$ 96.089 e tributárias R$ 288. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar serem boas as chances de êxito da demanda judicial, através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 40 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados abaixo:

	2006	2005
Trabalhistas	**51.461**	**46.105**
Cíveis:		
Servidões de passagem	1.125	919
Cíveis	12.351	10.473
Consumidores	1.640	-
	15.116	**11.392**
Outros depósitos judiciais	**720**	**661**
	67.297	**58.158**

Os depósitos judiciais referem-se a valores que a Companhia deposita para garantir execuções trabalhistas e cíveis.

23 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2006, monta a R$ 1.607.168 composto por 1.607.168.161 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia - Copel.

b) Reservas de lucros

	2006	2005
Reserva legal	9.997	-
Reserva para investimentos	72.121	-
	82.118	**-**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

c) Juros sobre o capital próprio

	2006
Lucro líquido do exercício	**284.679**
Prejuízos Acumulados	(84.738)
Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio	(40.060)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	**159.881**
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(7.994)
Base de cálculo para dividendos mínimos	**151.887**
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**45.566**
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	17.673
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	**63.239**
Juros sobre o capital próprio apropriado	(117.823)
Excedente ao dividendo mínimo	**54.584**

Os juros foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

24 Receita Operacional

	2006	2005
Fornecimento de energia elétrica (a)		
Residencial	1.884.064	1.856.980
Industrial	1.593.779	1.550.787
Comercial, serviços e outras atividades	1.175.974	1.096.620
Rural	242.533	242.188
Poder público	175.709	168.008
Iluminação pública	141.386	144.214
Serviço público	132.637	122.359
	5.346.082	**5.181.156**
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	2.453	35.517
Contratos com pequenas concessionárias	40.234	37.526
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	63.017	55.287
	105.704	**128.330**
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede elétrica - tarifa de uso do sistema de distribuição - Tusd	148.452	133.792
	148.452	**133.792**
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	40.146	45.543
Renda da prestação de serviços	6.515	8.451
Serviço taxado	7.639	7.733
Outras receitas	784	759
	55.084	**62.486**
	5.655.322	**5.505.764**

	N.º de Consumidores (*)		MWh (*)	
	2006	2005	2006	2005
Consumidores				
Residencial	2.637.502	2.561.066	4.825.757	4.652.721
Industrial	56.686	53.256	6.021.424	6.465.684
Comercial	278.963	273.124	3.406.894	3.231.234
Rural	328.469	327.363	1.431.185	1.389.281
Poder público	31.376	30.369	512.941	493.689
Iluminação pública	7.882	7.098	716.113	703.970
Serviço público	3.855	3.707	573.640	564.877
Consumo próprio	582	581	23.695	22.044
	3.345.315	**3.256.564**	**17.511.649**	**17.523.500**
Revendedores				
Suprimento - curto prazo - CCEE			890.732	910.781
Suprimento - contratos iniciais			-	450.193
Suprimento - contratos bilaterais			-	291.650
Concessionárias			457.701	-
			1.348.433	**1.652.624**
			18.860.082	**19.176.124**

(*) Informações não auditadas.

a) Tarifas e políticas de descontos

A Resolução Homologatória nº 345, de 20.06.2006, estabelece as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição, a serem aplicadas a partir de 24.06.2006, considerando o reajuste total de 5,12%, em média. Este índice incorpora os percentuais do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, de 4,91%, e os componentes financeiros externos ao reajuste anual, de 0,21%.

25 Deduções da Receita Operacional

	2006	2005
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.357.446	1.323.791
Cofins	300.775	244.864
Pasep	65.300	54.843
ISSQN	-	4
	1.723.521	**1.623.502**
Encargos do consumidor		
Reserva global de reversão - RGR	13.858	14.853
Encargos de capacidade emergencial	1.011	82.404
	14.869	**97.257**
	1.738.390	**1.720.759**

26 Custos e Despesas Operacionais

A composição dos custos e despesas em 2006 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	NE	Custos operacionais	Custos dos Serviços Prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
							2006
Energia elétrica comprada para revenda	27	(1.538.928)	-	-	-	-	(1.538.928)
Encargos de uso da rede elétrica	28	(631.850)	-	-	-	-	(631.850)
Pessoal e administradores	29	(310.346)	(1.455)	-	(98.384)		(410.185)
Planos previdenciário e assistencial	30	(36.798)	(3)	-	(11.733)	-	(48.534)
Material	31	(35.056)	(8.223)	(113)	(10.296)	-	(53.688)
Serviços de terceiros	32	(89.492)	(2.959)	(21.253)	(59.306)	-	(173.010)
Depreciação e amortização		(144.159)	-	-	(13.694)	-	(157.853)
Taxas regulamentares	33	-	-	-	-	(450.431)	(450.431)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34	-	-	-	-	(34.976)	(34.976)
Tributos		(718)	-	(37)	(1.692)	(421)	(2.868)
Provisões e reversões	35	-	-	(46.461)	-	(46.875)	(93.336)
Recup. de custos e despesas	36	16.803	-	6.282	3.974	-	27.059
Outros custos e despesas	37	(19.774)	-	(66)	(22.237)	(2.610)	(44.687)
		(2.790.318)	**(12.640)**	**(61.648)**	**(213.368)**	**(535.313)**	**(3.613.287)**

A composição dos custos e despesas em 2005 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	NE	Custos operacionais	Custos dos Serviços Prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
							2005
Energia elétrica comprada para revenda	27	(1.723.028)	-	-	-	-	(1.723.028)
Encargos de uso da rede elétrica	28	(655.766)	-	-	-	-	(655.766)
Pessoal e administradores	29	(288.278)	(412)	-	(78.234)		(366.924)
Planos previdenciário e assistencial	30	(19.931)	-	-	(6.952)	-	(26.883)
Material	31	(37.820)	(1.318)	(92)	(8.378)	-	(47.608)
Serviços de terceiros	32	(71.605)	(938)	(18.724)	(62.281)	-	(153.548)
Depreciação e amortização		(140.189)	-	-	(12.098)	-	(152.287)
Taxas regulamentares	33	-	-	-	-	(357.743)	(357.743)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34	-	-	-	-	(34.260)	(34.260)
Tributos		(1.668)	-	-	(2.286)	(12.031)	(15.985)
Provisões e reversões	35	-	-	(21.807)	-	(14.841)	(36.648)
Recuperação de custos e despesas	36	14.874	-	5.736	6.744	-	27.354
Outros custos e despesas	37	(10.443)	(13)	(4)	(16.626)	(1.389)	(28.475)
		(2.933.854)	**(2.681)**	**(34.891)**	**(180.111)**	**(420.264)**	**(3.571.801)**

27 Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2006	2005
Eletrobrás (Itaipu) (a)	335.351	464.423
Copel Geração	63.952	333.419
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	108.831	30.483
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	262.389	174.447
Cia. de Interconexão Energética - Cien	227.389	309.334
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - leilão	152.604	122.819
Outras concessionárias - leilão	145.268	87.139
Itiquira Energética S.A.	87.658	80.684
Companhia Energética de São Paulo - leilão	87.664	46.233
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	45.204	43.175
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	973	2.419
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	14.416	-
Excedente de energia a recuperar - leilão	6.161	-
Foz do Chopim Energética Ltda.	-	23.530
Outras concessionárias	1.068	4.923
	1.538.928	**1.723.028**

a) Considerados os efeitos líquidos da variação cambial ao custo da energia.

28 Encargos de Uso da Rede Elétrica

	2006	2005
Furnas Centrais Elétricas S.A	75.834	76.871
Copel Transmissão	262.814	235.705
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	30.905	31.725
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	30.850	32.808
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	20.079	20.117
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	20.670	23.195
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	11.799	12.979
Novatrans Energia S/A	10.277	11.458
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A	10.133	10.623
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A - CEEE	8.832	9.348
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	8.358	9.555
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A - Ente	4.434	4.350
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A	3.922	4.427
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	3.561	-
Encargos dos serviços do sistema - ESS	7.215	4.367
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	3.521	3.975
CVA encargos	83.903	133.057
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	10.550	13.264
Outras concessionárias	24.193	17.942
	631.850	**655.766**

29 Pessoal e Administradores

	2006	2005
Pessoal		
Remunerações	273.594	258.199
Encargos sociais	92.521	87.549
	366.115	**345.748**
Auxílio alimentação e educação	30.516	25.372
Indenizações trabalhistas	4.378	1.694
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	31.904	21.021
	432.913	**393.835**
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(23.219)	(27.367)
	409.694	**366.468**
Administradores		
Honorários	400	367
Encargos sociais	112	104
	512	**471**
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(21)	(15)
	491	**456**
	410.185	**366.924**

a) Participação nos resultados

Desde 1996 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido. O montante dessa participação, provisionado em 2006, foi R$ 31.904 (R$ 21.021 em 31.12.2005).

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, as participações em resultados não referenciadas nos estatutos foram classificadas como custo ou despesa operacional.

30 Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Distribuição mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (plano previdenciário) e de assistência médica e odontológica (plano assistencial) para seus empregados e dependentes legais, ativos e pós-emprego.

a) Plano previdenciário

Até 1997, a Copel, controladora da Copel Distribuição, trabalhava com os Planos Previdenciários Básico e Complementar, na modalidade de benefício definido, sendo que as contribuições eram efetuadas pelo patrocinador e beneficiários, os quais assumiam também eventuais déficits.

Estes planos são exclusivos para os inativos (aposentados e pensionistas) e estão totalmente cobertos por ativos na Fundação Copel, tendo gerado superávit nos últimos 2 exercícios, após cálculo do corredor (intervalo de reconhecimento dos ganhos e perdas atuarias) previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

O atual plano previdenciário aos empregados ativos é oriundo do plano de benefício definido, que foi transformado em plano de contribuição definida, denominado "Plano Previdenciário III", gerando uma dívida, assumida em 1º.07.2001, financiada em 210 prestações mensais, indexadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º.08.2001. Como garantia desse contrato, a Copel Distribuição autorizou a Fundação Copel a bloquear saldos em suas contas correntes bancárias.

b) Plano assistencial

A Copel Distribuição mantém um plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado Plano Pró-Saúde, que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadora e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a esse tipo de plano assistencial.

c) Deliberação CVM nº 371/2000 - Contabilização de Benefícios a Empregados

A Copel Distribuição optou pelo reconhecimento antecipado da obrigação do plano de saúde, em 1º.07.2001, calculada segundo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2000, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, diretamente contra o patrimônio líquido.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo Plano Pró-Saúde, a Companhia aportou fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1º.07.2001.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial, em 31.12.2006, na conta de Benefícios Pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total	
			2006	2005
Cálculo atuarial - Copel	153.097	184.712	337.809	369.430
Contribuição previdência privada - empregados	1.536	-	1.536	1.428
	154.633	**184.712**	**339.345**	**370.858**
Passivo circulante	**69.312**	**7.831**	**77.143**	**74.800**
Passivo não circulante	**85.321**	**176.881**	**262.202**	**296.058**

Nos exercícios de 2006 e de 2005, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial		
			2006	2005
Cálculo atuarial	21.799	11.122	32.921	11.720
Complemento de benefícios a empregados ativos	-	15.613	15.613	15.163
	21.799	**26.735**	**48.534**	**26.883**

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 2006 foram ajustados contra patrimônio líquido os seguintes valores referentes a encargos não reconhecidos em exercícios anteriores:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
Ajustes em lucros acumulados	11.858	(32.656)	(20.798)

As hipóteses atuariais aplicadas nos cálculos das obrigações e custos, para 2006 e 2007, foram as que se seguem:

Econômicas	
Inflação	5,05%
Taxa de desconto/retorno esperados	11,35%
Crescimento salarial	2,00%
Demográficas	
Tábua de mortalidade	AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	EX - IAPB
Tábua de entrada em invalidez	Light

31 Material

	2006	2005
Combustíveis e peças para veículos	20.725	18.000
Material para o sistema elétrico	18.411	14.960
Material para cantina	2.844	2.682
Material de expediente	2.057	2.074
Material de construção civil	1.277	1.400
Material de segurança	1.621	1.496
Material de informática	2.548	2.481
Ferramental	1.081	1.220
Vestuário e uniforme - material	682	642
Lubrificantes p/veículos e eq.autom.	680	580
Outros materiais	1.762	2.073
	53.688	**47.608**

32 Serviços de Terceiros

	2006	2005
Agentes autorizados e credenciados	18.386	8.384
Viagens	5.961	1.346
Consultoria técnica, científica e administrativa	8.715	6.472
Postais e telegráficos - serviços	18.712	16.669
Treinamentos	4.333	2.373
Limpeza de faixa de servidão	3.248	1.920
Serviços de manutenção civil	3.180	2.023
Serviços de apoio administrativo	7.630	6.530
Fretes e carretos	2.593	1.499
Veículos - manutenção e conservação	3.185	2.691
Instalações - serviços em área verde	547	386
Anúncios e publicações	1.123	999
Telefonista - pessoa jurídica	2.749	2.630
Telecomunicações - manutenção do sistema	436	436
Vigilância	1.509	1.518
Podas de árvores	2.871	2.906
Despesas jurídicas	969	1.008
Auditoria	6	62
Leitura e entrega de faturas	7.175	7.672
Postinho de luz - empreiteiros	2.044	2.543
Atendimento a consumidores	6.165	6.848
Manutenção do sistema elétrico	11.188	12.018
Telefone	9.943	11.972
Administração de agências franqueadas	1.066	3.167
Processamento e transmissão de dados	19.285	22.362
Outros serviços	29.991	27.114
	173.010	**153.548**

33 Taxas Regulamentares

	2006	2005
Conta de consumo de combustível - CCC	277.105	198.835
Conta de desenvolvimento energético - CDE	165.069	152.250
Taxa de fiscalização - Aneel	8.257	6.658
	450.431	**357.743**

34 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2006	2005
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.493	12.546
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	10.493	11.259
Programa de eficiência energética - PEE	8.743	10.455
Ministério de Minas e Energia - MME	5.247	-
	34.976	**34.260**

35 Provisões e Reversões

	2006	2005
Prov. p/ cred. liq.duv. - consumidores e revend. (NE nº 6)	46.222	21.869
Prov. p/ cred. liq.duv. - serv. terc./ outros cred.	239	(62)
Provisões (reversões) para contingências	46.875	14.841
	93.336	**36.648**

36 Recuperação de Custos e Despesas

	2006	2005
Recuperação de custos administrativos	(8.909)	(7.337)
Recuperação de faturas baixadas	(6.282)	(5.715)
Consumo próprio de energia	(5.804)	(5.130)
Recuperação de despesas diversas	(6.064)	(9.172)
	(27.059)	**(27.354)**

37 Outros Custos e Despesas Operacionais

	2006	2005
Arrendamentos e aluguéis	10.154	11.713
Propaganda e publicidade	9.215	3.174
Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	2.610	1.389
Seguros	1.228	885
Multas sancionatórias	6.627	18
Energia elétrica - consumo próprio	5.804	5.139
Bolsa auxílio para estagiários	2.178	2.158
Indenizações	1.913	1.929
Despesas gerais	4.958	2.070
	44.687	**28.475**

38 Resultado Financeiro

	2006	2005
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	36.739	26.213
Renda sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná - NE nº 7	75.397	76.442
Variação monetária sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná - NE nº 7	43.639	14.322
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	70.484	67.814
Remuneração selic - CVA	33.900	37.856
Juros sobre impostos a compensar	19.846	5.904
Variações monetárias	328	4.085
Juros e comissões	254	2.625
Outras receitas financeiras	12.248	3.832
	292.835	**239.093**
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	106.771	109.147
Variações monetárias e cambiais	25.283	14.671
CPMF e IOF	25.499	22.555
Remuneração selic - CVA	24.835	6.753
Juros sobre P&D e PEE	9.386	-
Multas moratórias - fiscais	5.575	5.651
Multas sancionatórias e outras	2.522	2.722
Juros sobre parcelamento de tributos	-	1.895
Outras despesas financeiras	8.785	3.489
	208.656	**166.883**
	84.179	**72.210**

39 Resultado não Operacional

	2006	2005
Receitas		
Ganhos na desativação de bens e direitos	3.577	5.431
Ganhos na alienação de bens e direitos	632	3.759
Outras receitas não operacionais	92	-
(-) Cofins/Pasep	(398)	(546)
	3.903	**8.644**
(-) Despesas		
Perdas na desativação de bens e direitos	8.896	15.720
Perdas na alienação de bens e direitos	31	1.929
Outras despesas não operacionais	1.177	1.489
	10.104	**19.138**
	(6.201)	**(10.494)**

40 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram absorvidos, em 12.11.2004, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A CCEE foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora contidas no Despacho Aneel nº 288/2002 e na Resolução Aneel nº 395/2002, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

Em 16.07.2002, a Controladora e a Copel Distribuição ajuizaram ação ordinária requerendo a concessão de tutela antecipada com o objetivo de suspender: (a) os efeitos do Despacho Aneel n° 288/2002, determinando à Aneel que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002 ou, caso já tenha sido efetuada outra contabilização, que suste os seus efeitos; e (b) os efeitos do artigo 1°, § 1°, da Resolução Aneel n° 395/2002.

No mérito, requerem: (a) que seja declarada a inaplicabilidade do Despacho Aneel n° 288/2002, bem como, na hipótese de já ter ocorrido nova contabilização, que a mesma seja declarada nula; (b) a condenação da Aneel, para que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002; (c) que seja declarado que o artigo 1°, § 1°, da Resolução Aneel n° 395/2002 não se aplica às sociedades; e (d) a condenação da Aneel ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados, a serem apurados em liquidação de sentença.

Em 07.08.2002, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela, de forma que, em 13.08.2002, as sociedades interpuseram agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

Em 27.08.2002, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão deferindo o pedido de efeito suspensivo para sustar a liquidação da contabilização determinada pelo Despacho nº 288/2002 e pela Resolução nº 395/2002 da Aneel.

Em 09.09.2002, a Aneel apresentou petição requerendo que fosse reconsiderada a decisão que deferiu o pedido de efeito suspensivo, o que lhe foi negado. A Aneel ingressou com pedido de suspensão de segurança, perante o Superior Tribunal de Justiça (SS nº 2094), objetivando suspender a liminar concedida pelo TRF-1ª Região. O pedido de suspensão, no entanto, foi indeferido, em 25.11.2002, tendo sido remetido ao arquivo, com trânsito em julgado, em 17.12.2002. Em 29.08.2003, os autos foram remetidos à conclusão, posição que permanece inalterada até o encerramento destas demonstrações.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato de o Despacho e a Resolução em questão terem produzido alterações retroativas à data da ocorrência das operações, especificamente quanto à comercialização parcial da quota parte de Itaipu nos submercados sul e sudeste para atender contratos bilaterais de energia livre, durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preço da energia de curto prazo entre os mercados. O montante estimado, relativo às diferenças de cálculo, é de aproximadamente R$ 711.000 (valor atualizado em 31.12.2006), não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2006	2005
Ativo circulante (NE nº 5)		
Até dezembro de 2005	-	3.516
De outubro a dezembro de 2006	3.437	-
	3.437	**3.516**

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE), no exercício de 2006, é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	2005			2006
Ativo circulante (NE nº 5)				
Até dezembro de 2005	3.516	(4.331)	815	-
De janeiro a março de 2006	-	(6.842)	6.842	-
De abril a junho de 2006	-	(15.278)	15.278	-
De julho a setembro de 2006	-	(22.788)	22.788	-
De outubro a dezembro de 2006	-	(6.665)	10.102	3.437
Total	**3.516**	**(55.904)**	**55.825**	**3.437**

O MAE divulgou comunicado, em 24.06.2003, aprovando o novo cronograma de liquidação financeira dos 50% restantes relativamente às operações realizadas de dezembro de 2000 a dezembro de 2002. Essa liquidação se deu em 03.07.2003, tendo sido mantidas as datas anteriormente acordadas para a liquidação financeira das operações relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, sendo 07.07.2003, 10.07.2003 e 17.07.2003, respectivamente.

Os valores da energia no longo prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, além da própria Copel Distribuição, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho Aneel nº 288, de 16.05.2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

41 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, é a seguinte:

	2006	2005
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**381.623**	**274.920**
IRPJ e CSLL (34%)	**(129.752)**	**(93.449)**
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	40.060	-
Excesso de contribuição previdenciária privada	-	(1.798)
Ajustes de exercícios anteriores referentes aos planos previdenciário e assistencial	(7.071)	-
Incentivos fiscais	2.045	-
Despesas indedutíveis	(2.249)	
Outros	23	7.330
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL	**(96.944)**	**(87.917)**

42 Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2006, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

	2006	2005
Numerário disponível	132.854	332.272
Contas a receber de entidades governamentais e contratos de longo prazo	218.805	174.173
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.194.103	1.182.267
Empréstimos e financiamentos	113.459	122.885
Debêntures	637.329	620.122

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos, captados no mercado em moeda estrangeira.

A administração da Companhia, por meio de política de derivativos, realizou operação de *hedge* de moeda com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição de passivos indexados ao dólar norte-americano.

A Companhia não vem pactuando contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco, mantendo, porém, trabalho de monitoramento das taxas cambiais, com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger dos riscos.

3) Risco de Taxa de Juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

A Companhia não vem celebrando contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros).

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Aneel e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

43 Transações com Partes Relacionadas

A Copel Distribuição efetuou transações com partes relacionadas não consolidadas, incluindo a venda de energia elétrica para consumo, cujas tarifas aplicadas são aquelas aprovadas pela Aneel, não sendo os valores faturados considerados relevantes para fins de divulgação. Todas as outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado.

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

Parte relacionada	Natureza da operação	2006	2005
Ativo circulante			
Copel Geração	Venda de energia elétrica	466	383
Copel Geração	Receita com uso da rede de distribuição	452	-
Copel Geração	Reembolso PIS/Pasep e Cofins	7.615	-
Copel Transmissão	Venda de energia elétrica	90	53
Copel Telecomunicações	Venda de energia elétrica	15	17
Copel Telecomunicações	Aluguel de equipamentos e estruturas	65	74
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Receita com uso da rede de distribuição	972	384
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 7)	35.205	31.803
Governo do Estado do Paraná	Programa Luz Fraterna	57.579	27.352
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	269	144
Ativo não circulante			
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 7)	1.159	1.150
Passivo circulante			
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	4.138	2.651
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 15)	7.412	11.735
Copel Geração	Compra de energia elétrica	7.007	43.115
Copel Transmissão	Encargos de uso da rede	29.447	41.267
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações	1.894	1.894
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica	12.353	6.409
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 17)	71.874	77.921
Foz do Chopim Energética Ltda.	Compra de energia elétrica (NE nº 17)	-	69.244
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos	7.264	8.891
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Debêntures	637.330	57.220
Cia Paranaense de Energia - Copel	Juros sobre capital próprio	52.913	-
Passivo não circulante			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos	73.422	87.119
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Debêntures	-	562.902
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 15)	24.315	13.949

Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

Parte relacionada	Natureza da operação	2006	2005
Receita operacional			
Copel Geração	Venda de Energia	3.090	3.004
Copel Geração	Receita uso da rede elétrica	7.478	-
Copel Geração	Ativo Regulatório	15.230	(11.479)
Copel Transmissão	Venda de Energia	633	520
Copel Telecomunicações	Venda de Energia	186	184
Copel Telecomunicações	Aluguel de equipamentos e estruturas	974	886
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Receita uso da rede elétrica	5.953	1.329
Energia elétrica comprada p/ revenda			
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	960	1.043
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 27)	335.351	464.423
Copel Geração	Compra de energia elétrica (NE nº 27)	63.952	333.419
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica (NE nº 27)	108.831	30.483
Foz do Chopim Energética Ltda.	Compra de energia elétrica (NE nº 27)	-	23.530
Encargos de uso da rede			
Copel Transmissão	Encargos de uso da rede básica e conexão	262.814	235.705
Serviços de Terceiros			
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações	24.352	21.105
Recuperação de despesas			
Governo do Estado do Paraná	Recup. desp. cessão de empregados	130	149
Receitas financeiras			
Governo do Estado do Paraná	Receita s/ CRC (NE nº 38)	119.036	90.764
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Multa s/ contrato de compra de energia	528	419
Foz do Chopim Energética Ltda.	Multa s/ contrato de compra de energia	1.568	836
Eletrobrás	Desp. s/ financiamentos	2.027	1.892

44 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados	24/08/2007	107.187
Incêndio - imóveis próprios e locados	24/08/2007	196.127
Responsabilidade civil	24/08/2007	5.780
Engenharia	24/08/2007	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24/08/2007	apólice por averbação
Riscos diversos	24/08/2007	45

45 Eventos Subseqüentes

a) Renegociação Cien

Em 02.01.2007, a Copel Distribuição e a Cia Interconexão Energética - Cien firmaram os Termos Aditivos nº 03 aos Contratos de Suprimento, o que reduziu, para 2007, o montante contratado, de 400 MW médios, para 175 MW médios, e antecipou a data de encerramento do referido contrato para dezembro de 2007. Em decorrência, a título de indenização, a Cien deu quitação à Companhia das seguintes obrigações assumidas pelo Termos Aditivos nº 02:

1) Diferimento do faturamento da energia utilizada no período entre dezembro de 2002 a abril de 2003, no valor de R$ 63.000, conforme o disposto na clausula 29 do contrato;

2) Saldo do financiamento da energia utilizada a partir de maio de 2003, no valor de R$ 37.863, conforme a clausula 27 do contrato.

Em virtude dos termos firmados, a Copel Distribuição pagará a Cien, a título de antecipação da CVA, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007, saldo remanescente de R$ 25.000, a ser quitado em 3 parcelas mensais: R$ 16.667 em janeiro, R$ 4.166 em fevereiro e R$ 4.167 em março de 2007.

b) Contrato de Mútuo

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo a ser firmado entre a Controladora (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R$ 1.100.000. O prazo definido é de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, sendo que os recursos serão destinados ao programa de investimento da concessão e ao pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, com vencimento em 1º.03.2007.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2006, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 21 de março de 2007.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MUNHOZ NETO
Presidente

RONALD THADEU RAVEDUTTI

LUIZ ANTONIO ROSSAFA

CONSELHO FISCAL

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

NELSON PESSUTI

HERON ARZUA

DIRETORIA

RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor Superintendente

ELZIO BATISTA MACHADO
Diretor Adjunto

LUIZ ANTÔNIO ROSSAFA
Diretor Adjunto

MARCUS VINICIUS MANFRIN DE OLIVEIRA
Diretor Adjunto

CONTADOR

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA
Contador - CRC-PR-023798/O-0